

RIBALTA DA FAMA



GENTE QUE ENTRA GENTE QUE SAI

20.º ANIVERSÁRIO – N.º 2

A CAPITAL

Director: RODOLFO IRIARTE

Suplemento
do jornal
«A Capital»

NÃO PODE SER VENDIDO
SEPARADAMENTE DA EDIÇÃO
DE 22 DE FEVEREIRO DE 1988

A CAPITAL

Vinte
anos

VONTADES E FEITOS MARCAM DESTINO

ENTRE aquele Agosto em que Salazar foi atirado para a cama de um hospital, tendo vivido os dois anos que lhe restaram de vida na ilusão de continuar à frente do Governo, e o Verão em que Vasco Gonçalves personalizou uma galopada que lançou muita gente em pânico, escoaram-se seis escassos anos. Um tão curto lapso de tempo nada é na vida de um país quase milenário. No entanto, ninguém pode negar a constatação de que os primeiros anos de vida de «A Capital» foram carregados de acontecimentos fulcrais, cujos efeitos se repercutem ainda hoje. Neles participaram cidadãos, alguns deles vindos subitamente do anonimato, cujas vontades e feitos foram determinantes na evolução dos destinos colectivos. Muitos entraram e muitos saíram da ribalta da fama.

Em 20 anos de publicação contínua, nem tudo se resumiu à política e os políticos não reflectiram de forma alguma tudo o que de vivo, representativo e digno de nota entre nós foi objecto de notícia. Um concurso televisivo dinamizado por um actor talentoso, como foi o caso de «A Visita da Cornélia», de Raul Solnado, concitou em 1977 mais atenções e entusiasmo unânime do que qualquer condutor das surdas guerrilhas partidárias travadas em torno de um governo minoritário que tentava sobreviver contentando à vez gregos e troianos.

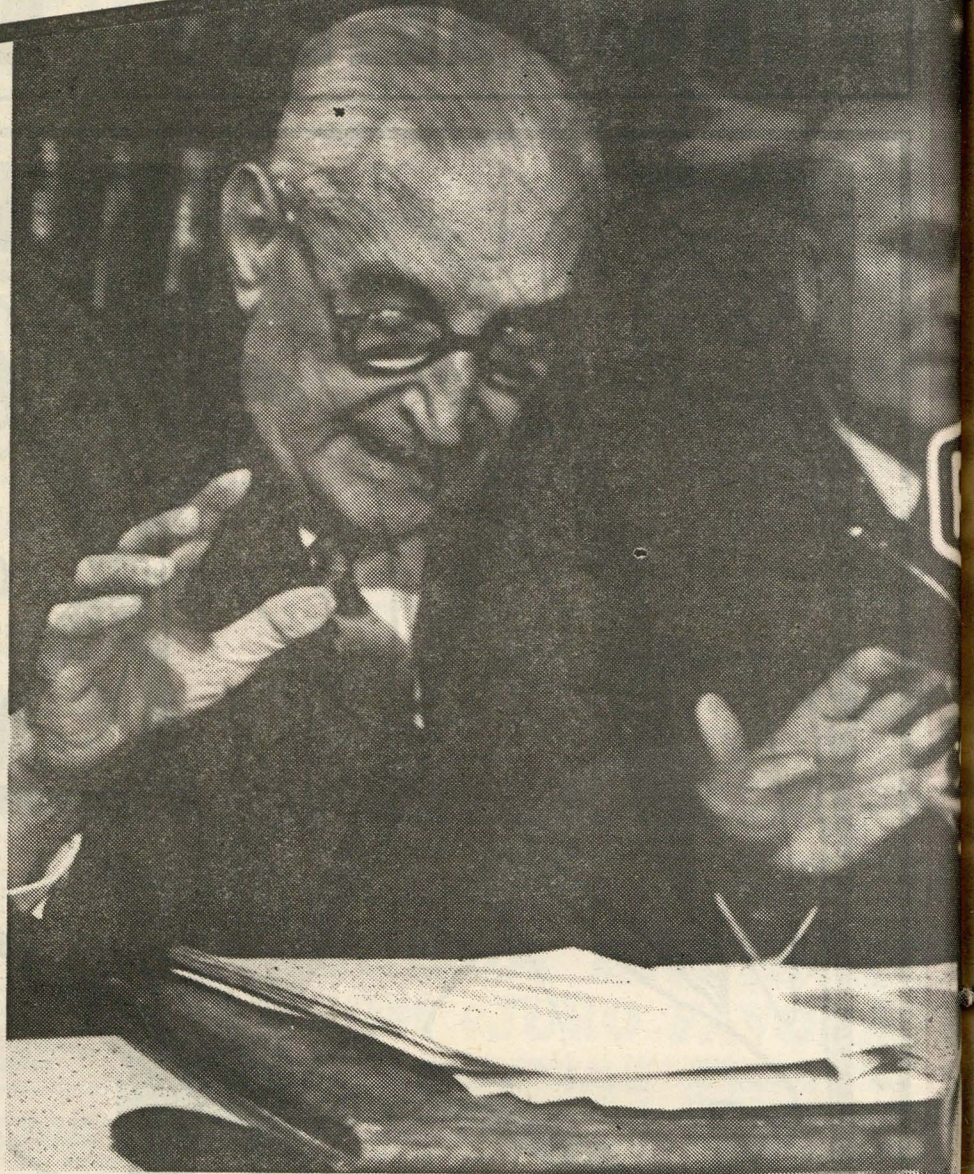
A selecção das personagens que apresentamos neste destacável, em cadência anual, é arbitraria. Muitas e contraditórias são as razões que conduzem à fama e esta nem sempre contempla gente cujos feitos se repercutem de forma positiva na vida social. Há quem marque a vida pelo facto de tipificar e evidenciar comportamentos e fenómenos que se mantêm latentes durante muito tempo, na ausência de quem lhes empreste uma expressão significativa. As deliciosas aventuras do «capitão Roby» não escapam a esta lei.

Anos houve em que a mutiplicidade de fenómenos e de personagens emblemáticas dificultam a escolha. Em 1984, o atleta Carlos Lopes relançou a confiança e orgulho do cidadão atordoado com uma dura austeridade, ao vencer a maratona, perante os olhos de todos, que seguiram galvanizados a sua proeza através da televisão. Mas Dona Branca, a «banqueira do povo», não era menos digna de figurar, nesse ano, como a imagem significativa de uma crise económica profunda que atingiu proporções pouco conhecidas das jovens gerações.

A escolha foi nossa. Faça agora o leitor o seu julgamento.

Coordenação de
JOSÉ LUÍS FERONHA

1968

Oliveira
Salazar

Oliveira Salazar. As intervenções públicas dos últimos anos foram amargas constatações de isolamento

SITUAÇÃO ARTIFICIAL TRADUZ ESTATUTO CADUCO

UMA cadeira de lona mal armada precipitou o curso da plácida História portuguesa, em Agosto de 1968. O homem que chefiava o Governo desde 1932, sem admitir concorrência nem alternativa organizada no quadro legal, caiu desamparadamente quando se preparava para receber os cuidados do seu calista, no pequeno forte de São João do Estoril. Oliveira Salazar, de 79 anos de idade, foi operado em 7 de Setembro a um hematoma craniano.

No dia seguinte, o ministro do Interior informou os jornalistas de «que o chefe do Governo se encontra bem» e que «nessa manhã «fora possível fazer-lhe a barba».

A Casa de Saúde da Cruz Vermelha começaram a ocorrer em procissão os incondicionais e os condicionais, os detentores das grandes e pequenas sinecuras do regime, preocupados em evienciar a sua presença. As missas sucediam-se em Lisboa pelo restabelecimento do homem providencial.

Mas Salazar nunca mais regressou ao poder. A 16, quando se julgava possível a sua transferência a breve trecho para a residência oficial de São Bento, foi acometido por um acidente cardiovascular que o levou às portas da morte. Esteve em estado de coma e o cardeal-patriarca de Lisboa chegou a ministrar-lhe a extrema unção.

Nesse mês de Setembro, a confusão era enorme nos meios políticos do regime e não foi sem custo que o presidente Américo Tomás anunciou ao País, a 26, a sua decisão de nomear Marcelo Caetano para o lugar ocupado 36 anos consecutivos por Salazar.

Tomás pretendia que Caetano aceitasse o cargo interinamente e só a recusa deste dissuadiu o chefe do Estado. No entanto, Salazar era um homem acabado. Além de ter ficado afectado da visão esquerda, mal podia mexer o braço desse lado. Até à morte, ocorrida em Julho de 1970, viveu incapacitado men-

talmente, com períodos de lucidez pouco prolongados. Julgava-se ainda à frente do Governo, sem alguém o desenganasse. Confundia amigos que se situavam com membros do executivo. Fazia as necessidades fisiológicas na cama. Apesar de tudo isso, contrariando o hábito e o bom senso, foi mantido desde 7 de Janeiro de 1969, na residência oficial, Recebia o vencimento de primeiro-ministro, como se mantivesse em funções.

Esta situação artificial traduzia, afinal, o estado de um homem que pouco tempo antes afirmara remptoriamente, num discurso público, que não tinha intenção de se retirar, «porque, no estado de doença em que se encontra o mundo, essa atitude seria interpretada como um signo de mudança da ordem política e poderia trazer graves prejuízos à situação conquistada no ultramar por milhares de heróis e anos que ali se batem». Antes mesmo da fatídica queda, Salazar era já um homem diminuído, que se de afrontamentos. A situação era ocultada à opinião pública.

Em 1968, os tempos eram muito diferentes daqueles em que Salazar chegara ao poder na sequência dum golpe militar. Pouca gente aceitava convictamente aquela figura que desistira da carreira eclesiástica depois de 8 anos de frequência dum seminário e negava a participação livre dos cidadãos na política, sob o pretexto de uma alegada ameaça comunista. Todos sabiam que a sua permanência no cargo era assegurada por uma polícia política implacável. Os efeitos benéficos do reequilíbrio orçamental conseguido por Salazar entre 1928 e 1940, à frente do Ministério das Finanças, tinham-se evaporado na memória das pessoas, e o celibatário impenitente que vivia recluso em São Bento era encarado como um homem estranho divorciado dos problemas do cidadão comum e do mundo moderno.

1969

Marcelo Caetano

CONVERSA DIFERENTE

ALIMENTA EXPECTATIVA

NUM país condicionado desde há décadas a um férreo controlo da comunicação social e onde o debate político era substituído pelo discurso formal e intimidatório dos situacionistas, a atitude de um novo chefe de Governo que se propõe conversar com os cidadãos através de frequentes alocações televisivas levantou muitas expectativas. Marcelo Caetano proferiu a sua primeira «conversa em família» a 8 de Janeiro de 1969, 103 dias depois de ter tomado posse. Acalentou com esse acto as esperanças na mudança alimentadas por muita gente.

Tal como a personalidade do seu autor, os propósitos do sucessor de Salazar eram contraditórios. Com uma mão, aquele que em 1958 divergiu de Salazar e saíra do Governo chefiado pelo ditador, agitava a promessa da «renovação» do País e da sociedade; com a outra mão, o homem que fora comissário nacional da Mocidade Portuguesa (1940-4) e ministro da Presidência (1955-8) assegurava a «continuidade» do regime. Mas em 1969, os sinais reais de abertura foram evidentes e indelmentáveis.

A grande novidade, para além dos muitos propósitos anunciados, residia na escolha feita por Marcelo Caetano da personalidade que passou a liderar a União Nacional, José Guilherme de Melo e Castro. Este católico de ideias arejadas que assumiu as responsabilidades do partido único aparentava ter melhores intenções. Chegou a declarar, preto no branco, que o seu objectivo consistia em fazer evoluir o regime para uma «democracia do tipo europeu». Os seus projectos e acção suscitaram uma tenaz resistência da parte dos salazaristas, e Marcelo Caetano, no seu papel de autoridade máxima — à qual escapava apenas

Américo Thomás — acabou por optar.

Melo e Castro desenvolveu contactos com oposicionistas, assegurando em dada altura uma expectativa benevolente, por parte de sectores desafectos ao regime, em relação às possibilidades do sucessor de Salazar. Por seu turno, o novo chefe de Governo chamou gente nova e competente, entre os quais Rogério Martins, Xavier Pintado e João Salgueiro, a desempenhar cargos governativos com particular incidência no desenvolvimento económico. E convidou meia dúzia de homens que não nutriam simpatias notórias pelo regime corporativo dispostos a entrar numa nova Assembleia Nacional «renovada».

A sacrossanta defesa dos territórios ultramarinos contra os movimentos guerrilheiros emancipalistas e a exigência, inerente à ditadura, de controlo absoluto de todas as forças que se opunham à sobrevivência dum regime anacrónico acabaram por vencer tidas as tentativas de mudança. Melo e Castro demitiu-se em fins de 1969 e foi substituído por um conformista. Nas eleições realizadas em Outubro, durante as quais o debate político foi tolerado de forma mais ampla, os guardiões do imobilismo asseguraram, mais uma vez, o preenchimento da totalidade dos 130 lugares da Assembleia Nacional pelo partido único. Marcelo Caetano deu mostras de pretender ser o Adolfo Suárez «avant la lettre», mas acabou por repetir o triste trajecto de Pétain.



Marcelo Caetano. Promessas de «renovação» numa mão e «continuidade» de acção na outra

1970

José Pinto Leite

PROPÓSITO RENOVADOR

AGITA ASSEMBLEIA NACIONAL

A actuação viva e herética de um punhado de deputados eleitos nas listas obrigatórias da União Nacional, na sessão legislativa iniciada em fins de Novembro de 1969, constituiu o grande pólo mobilizador das atenções entre aqueles que esperavam mudanças significativas na vida política nacional com a substituição de Salazar por Marcelo Caetano. À frente da jovem equipa, que ficou conhecida pela designação de «ala liberal», rapidamente se destacou o habilidoso e irreverente José Pedro Pinto Leite, cuja morte prematura acontecida em Julho, na Guiné, coincidiu de certo modo com a paralisação do processo evolutivo ensaiado em 1968 por Marcelo Caetano.

Inteligente, sem papas na língua, Pinto Leite ousava abordar temas considerados tabus por uma assembleia de partido único preocupada maioritariamente em preservar o regime corporativo. Tinha resposta sempre pronta à contestação desabrida que lhe movia obstinadamente o núcleo conservador, com Francisco Casal Ribeiro na primeira fila.

A sua breve passagem pela velha sala onde tomaram assento, na mesma altura, com propósitos renovadores, nomes que se destacaram posteriormente, com a implantação da democracia — Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Mota Amaral, Miller Guerra, Magalhães Mota e Pinto Machado — ficou marcada pela insatisfação e o desejo mudanças significativas.

Dias depois de a sessão legislativa ter

chegado ao fim, Pinto Leite declarava, em jeito de apreciação, que os resultados «foram ainda poucos», criticando o facto de a ordem do dia das sessões ter sido «preenchida sobretudo com a apreciação e votação de diplomas legislativos de interesse político muito relativo».

Mas a «ala liberal» atirara uma pedrada no charco estagnado da assembleia, durante os escassos 4 meses que então preenchiam cada sessão legislativa. E Pinto Leite exerceu um papel determinante nas acções então desenvolvidas. Pela primeira vez houve «mexida» forte em torno da eleição da mesa da Assembleia Nacional e um artigo da Lei de Meios, relativo ao imposto profissional, esteve prestes a ser recusado, com uma diferença de um voto na votação (48-47).

Licenciado em Direito, de 38 anos de idade, José Pedro Pinto Leite representava, na altura da sua morte, a esperança ainda mantida pelos que acreditavam que a «primavera» marcelista poderia imprimir alterações no regime. Tinha a vantagem, sobre outros, de ir mais longe na afirmação do que queria, talvez escudado na amizade pessoal que mantinha com Marcelo Caetano. Não se afirmou anticorporativista, mas disse, para quem quis perceber, que a sua entrada na Assembleia Nacional obedecia ao propósito de «colaborar numa franca renovação e modernização dos aspectos políticos, económicos e sociais da vida portuguesa».



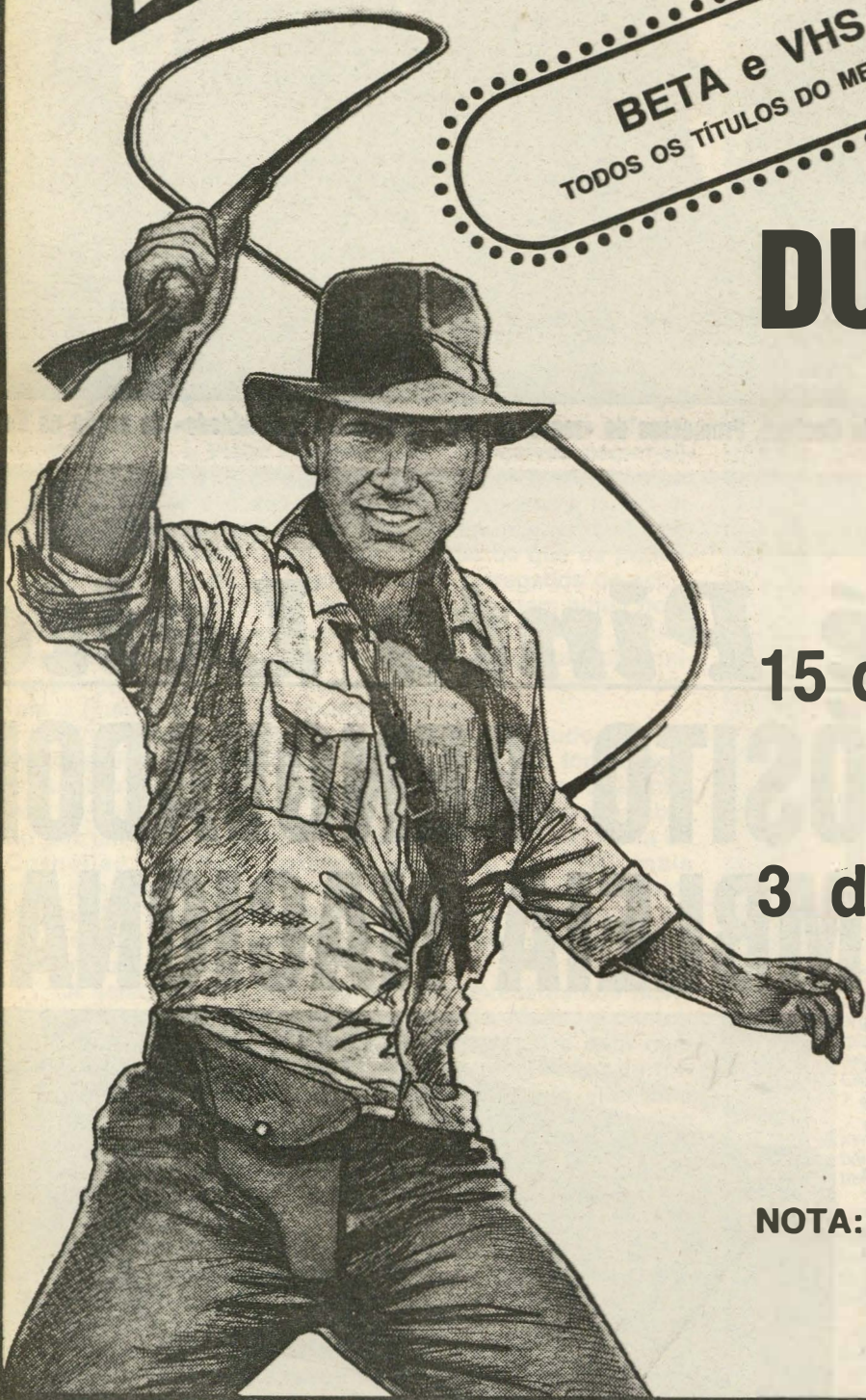
José Pedro Pinto Leite. A abordagem de temas considerados tabus na Assembleia Nacional

CLUBE DE VIDEO

INDIANA JONES

Ato nível Europeu!!!

BETA e VHS
TODOS OS TÍTULOS DO MERCADO



DUAS MODALIDADES

COM JÓIA

15 dias de prazo por 300\$00

SEM JÓIA

3 dias em seu poder por 300\$00

NOTA: Temporariamente, estas condições vigoram só em LISBOA

Lisboa — C. C. OLAIAS

LOJA-126

TEL: 88 24 66

Porto — C. C. DALLAS

LOJA-130

TEL: 69 49 82

Porto — C. C. BRASILIA (PARTE NOVA-5º Piso) LOJA-218

TEL: 69 86 92

Serviços computadorizados por SONINFO - Porto

1971

Veiga Simão**REFORMA DO ENSINO
ROMPE ESPARTILHOS**

EM Janeiro de 1971, um ministro de aspecto jovial e com acentuado sotaque beirão anunciou um programa de reformas do ensino que surpreendeu a opinião pública. A intervenção feita a 6 por Veiga Simão, transmitida pela rádio e pela TV, constituiu o arranque de uma ambiciosa tentativa para vencer o imenso atraso exibido por Portugal no domínio da educação dos cidadãos. O seu autor revelou-se um homem de boa vontade, entusiasta, que embarcava nas ondas da pretensa liberalização marcelista na esperança de romper as estruturas velhas e as retrógradas mentalidades que enformavam o sistema de ensino português. Um país que, embora atrasado, se enquadrava numa Europa onde o desenvolvimento económico acelerado pressupunha a participação de cidadãos técnica e humanisticamente preparados.

Ao contrário da generalidade das reformas inspiradas por Marcelo Caetano, a iniciativa protagonizada pelo ex-reitor da Universidade de Lourenço Marques (Maputo) constituía, na sua formulação original, uma política que entrava em conflito com o espartilho corporativista do regime. O elitismo estreito, a ideologização fanática, a preparação escolástica e o ruralismo passadista que ainda se faziam sentir eram substituídos por novos valores, comuns aos praticados no sistema de ensino dos países democráticos da Europa Ocidental.

Pela primeira vez no regime institucionalizado pela Constituição de 1933 um ministro falava em «democratização da educação» e defendia abertamente a igualdade de oportunidades para todos. Na longa intervenção televisiva, Veiga Simão anunciou, en-

tre outras coisas, os propósitos de aumentar o período de escolaridade obrigatória de 6 para 8 anos, a descida da idade de entrada para a escola para os 6 anos, a introdução, quando possível, de um período de educação pré-escolar (2 anos), a reforma do ensino superior e do sistema de formação dos professores.

A originalidade de Veiga Simão, licenciado em Ciências Físico-Químicas e doutorado em Física Nuclear pela Universidade de Cambridge, não se quedava pelo conteúdo das suas propostas, estendendo-se à forma como pretendeu desenvolver a reforma. Disse-o desde logo, na noite de 6 de Janeiro: «Consideramos não só útil mas absolutamente necessário debater os projectos apresentados.» E, facto inédito na história do regime autoritário, o debate de uma proposta governativa atingiu amplitude notável, tendo a discussão compreendido, segundo números revelados em 1973, cerca de 40 mil interessados.

Muita coisa mudou no ensino com as propostas de Veiga Simão, embora o regime tenha imposto alterações ao projecto. Quando a proposta de lei foi aprovada na Assembleia Nacional, na Primavera de 1973, o novo sistema representava, sem dúvida, uma evolução sensível no sentido de resto já anteriormente ensaiado pelo ministro Leite Pinto (1955-61).



Veiga Simão. Originalidade no conteúdo e na forma de uma política reformista

1972

Américo Tomás**TERCEIRO MANDATO
E FECHAR DE PORTA**

NO discurso que proferiu na manhã de 9 de Agosto de 1972, ante os membros das duas câmaras e outras altas personalidades reunidas para assistir à sua terceira tomada de posse, o presidente da República reiterou a Marcelo Caetano «a confiança nele convictamente depositada em 27 de Setembro de 1968». Não era caso para menos. Apesar das veleidades reformadoras publicitadas pelo sucessor de Salazar no início do seu consulado, este acabara por se submeter à vontade dos salazaristas incondicionais, com o velho almirante Américo Tomás à frente. E esse ano, a tentativa feita por elementos liberais, para designar um novo candidato à Presidência, embora tenha sido admitida por Caetano, foi por este inviabilizada. Era o fecho definitivo da porta às forças que pretendiam uma evolução pacífica e controlada do regime.

Para muita gente, Américo Tomás não era mais do que um espírito pouco bafejado pela inteligência, que se limitava a cumprir as orientações traçadas pelo verdadeiro chefe do regime, o primeiro-ministro, participando em inaugurações e fazendo discursos desajustados e vazios de sentido. Em 1972, na sua mensagem de Ano Novo, o chefe do Estado voltara ao tema «dos desastres arrepiantes de viação nas nossas estradas e até nas ruas das nossas cidades», lamentando que os apelos por si feitos no ano transacto não tivessem sido ouvidos.

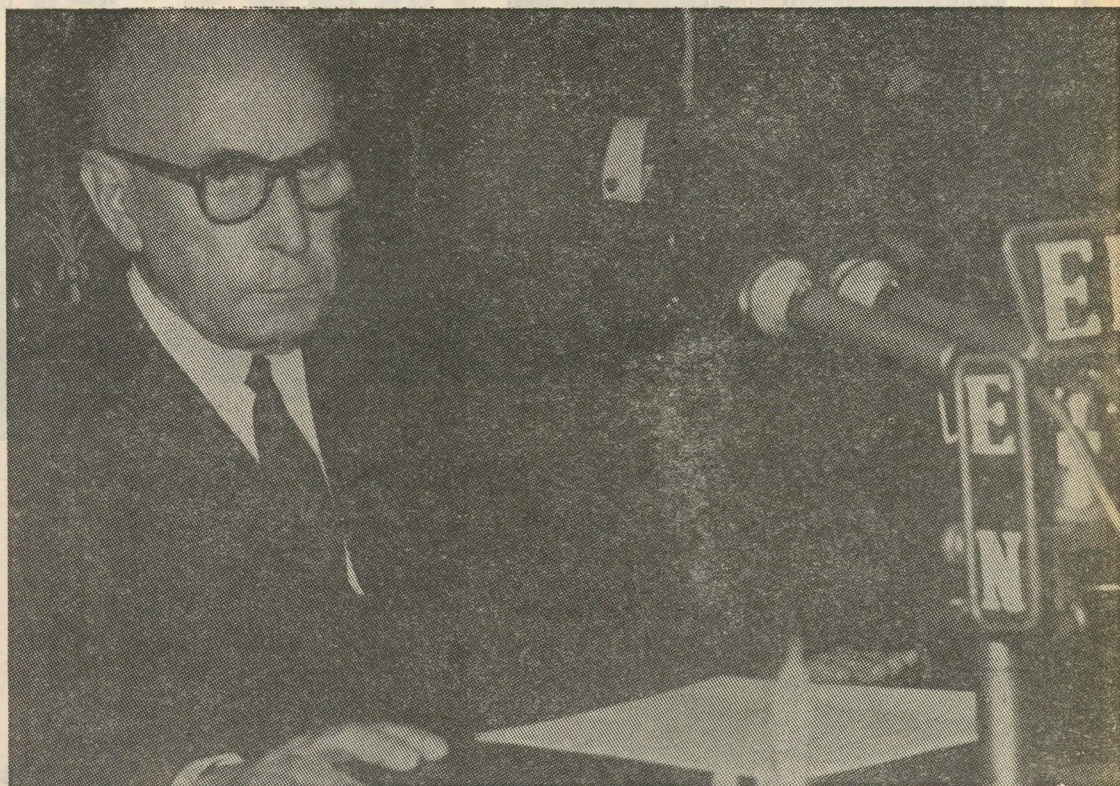
Mas falou também da guerra de África, cujo esforço, aliás, considerou objectivo prioritário do País, no discurso de tomada de posse de 9 de Agosto.

Estas eram as aparências. Mas em Belém, o almirante que fora

escolhido em 1958 por Salazar para garantir a continuidade do regime, depois das reticências de Craveiro Lopes, em alternativa à fogsidade e ao carisma do opoisionista irredutível Humberto Delgado, actuou com dureza. Era a Tomás que os ultras recorriam sempre que no horizonte se perfilava a mínima ameaça de renovação interna. Satisfê-los convicta e invariavelmente.

Foi no contexto da transição perspectivada pelo desaparecimento de Salazar que Américo Tomaz se opôs à realização de eleições gerais em 1972 e encarou como um dever a investidura, aos 77 anos de idade, no terceiro septanato presidencial consecutivo.

O presidente da República foi assim eleito, nesse ano, por 616 votos dos 669 possíveis do colégio eleitoral. Disse, no acto de posse, que a sua «candidatura» havia sido «recebida com geral simpatia e com manifesto entusiasmo em todo o Mundo Português». Poucas horas depois, um acontecimento insólito desfeitava a autopropaganda do totem do regime. Um suíno paramentado com uns trapos brancos foi largado de uma caixa de cartão, na Baixa lisboeta, lançando a confusão no trânsito e suscitando o riso dos transeuntes. A comédia culminava assim um cenário de farsa.



Américo Tomás. Desastres arrepiantes de viação e guerra colonial em discurso de Ano Novo

SERVILIMPE

LIMPEZAS TÉCNICAS MECANIZADAS LDA



Trofeu
Tradição e Prestígio
«Portugal 86»



17 anos de uma verdadeira
empresa de serviços

PRESTIGIE-SE
ESCOLHENDO
UMA FIRMA
DE PRESTÍGIO

APOIADA POR:

- preparação técnica profissional
- fabricação de produtos
- importação directa de máquinas

QUE LHE OFERECE:

- melhor preço
- melhor serviço

QUE POSSIBILITA:

- menos custos

SERVILIMPE LIMPEZAS TÉCNICAS MECANIZADAS, LDA.

RUA MAJOR NEUTEL ABREU, 12 — 1500 LISBOA
Telex 62395 SLIMPA P

☎ ★ 78 90 61 (PPCA 6 linhas)

DELEGAÇÃO EM COIMBRA:

RUA PADRE ESTÉVÃO CABRAL, 79, Sala 103
(Edif. Fernão de Magalhães)
Telef. 3 58 93 — 3000 COIMBRA

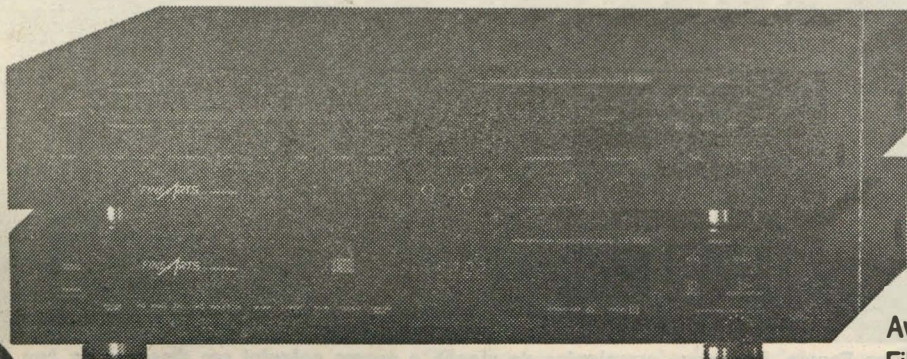
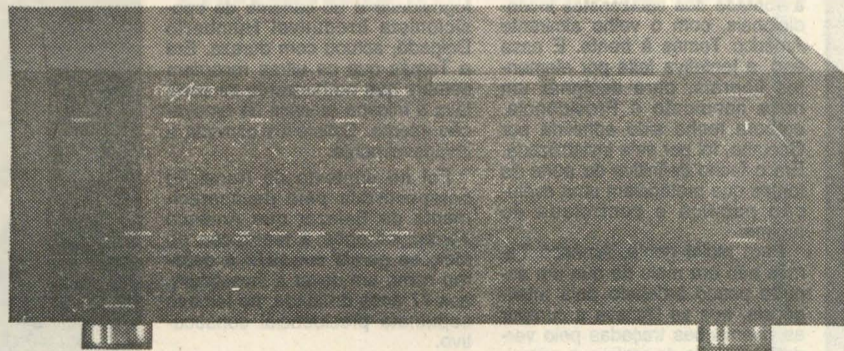
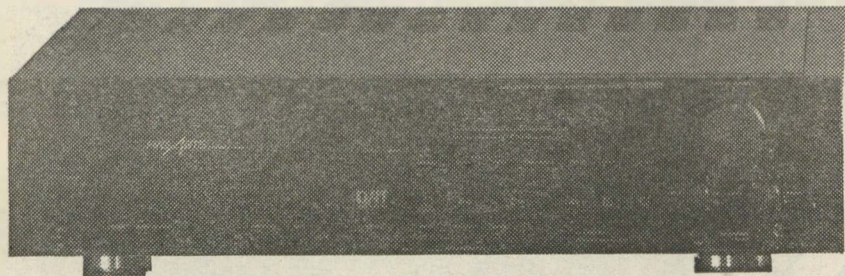
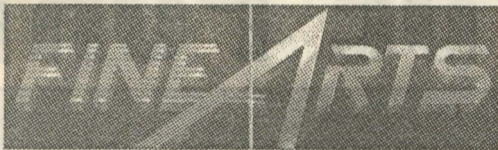
MELHOR QUALIDADE
LIMPEZAS DIÁRIAS EM:

Bancos, Escritórios, Fábricas, Hospitais, etc.



A. OLIVEIRA

ELECTRODOMÉSTICOS



GRUNDIG

Av. Almirante Reis, 91-A • 1100 LISBOA
Filial: R. Angelina Vidal, 63-65 • 1100 LISBOA • Telef. 82 25 87

1973

António de Spínola**GENERAL INSATISFEITO
PEGA NA CANETA**

EM 6 de Agosto de 1973, o general que conduzia a guerra na Guiné de monóculo, pingalim e luvas brancas, chegou a Lisboa para o seu período de viliagem anual e tratamento de águas. «Não há motivo para alarmes» — disse então Spínola, referindo-se à situação no território, onde o PAIGC desenvolvera uma enérgica ofensiva guerrilheira, com uso, pela primeira vez, de mísseis terra-ar, num período que se estendera até meados de Junho. Havia, de facto, motivos de sobra para alarme e o governador da Guiné, perante a recusa do Governo de Marcelo Caetano em dar-lhe os meios que considerava indispensáveis para solucionar o problema, pediu a substituição no cargo. Assim aconteceu. E com a sua fixação em Lisboa, passou a desempenhar um papel de primeiro plano nos actos que preludiam a queda de Marcelo Caetano e a independência das colónias.

A guerra colonial era o cancro do regime. Depois de 12 anos de operações militares não havia fim à vista. Em Maio de 1968, Spínola levava para a Guiné ideias heterodoxas relativas ao exercício do cargo de governador e comandante-chefe das Forças Armadas do território. Em 1970, estabeleceu contactos com dirigentes guerrilheiros do PAIGC, no âmbito de um plano por si gizado com vista a encontrar uma solução política para o conflito. A sua proposta consistia em transformar as forças guerrilheiras em unidades africanas das Forças Armadas Portuguesas e nomear o líder nacionalista Amílcar Cabral para o desempenho de funções de secretário-geral da província. Marcelo Caetano «chumbou» sem remissão as soluções e as negociações.

Foi, assim, um militar aristocrático, orgulhoso e temerário, de perfil

inconfestavelmente conservador que em 1973 pegou na caneta e acelerou os preparativos de elaboração de uma obra cuja publicação em Fevereiro de 1974, iria precipitar a queda do regime. «Portugal e o Futuro» resumia as posições que o seu autor vinha defendendo explicitamente desde 1970 e pretendia ser, nas palavras do seu autor, um meio de «consciencializar a opinião pública» face ao «crescente agravamento da situação do País».

Em Setembro de 1973, o insatisfeito general foi abordado pelo seu confrade de armas Kaulza de Arriaga, substituído no comando-chefe militar de Moçambique, para participar num golpe militar destinado a afastar Marcelo do poder e intensificar o esforço de guerra. Recusou. Esta atitude valeu-lhe a nomeação, em Janeiro de 1974, para a vice-chefia do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Já era tarde para o regime.

Os contactos travados em Dezembro de 1973 entre responsáveis do movimento dos capitães e Spínola haviam-se limitado a problemas de âmbito estritamente profissional, de cariz reivindicativo. O general mantivera-se, então, na mais estrita legalidade. Esta posição evoluiu rapidamente nos primeiros meses de 1974 e, quando souo a hora do golpe, a colaboração política tinha feito o seu caminho, ainda que por pouco tempo.



António de Spínola. Das campanhas na Guiné para os gabinetes de Lisboa, com fins consciencializadores

1974

Otelo de Carvalho**AFOITEZA E EFICIÊNCIA
DÃO VOLTA AO DESTINO**

NO dia 26 de Abril de 1974, pelas 13 horas, um major de cabelo grisalho, semblante jovem, retirou duma prancheta um mapa das estradas editado pelo Automóvel Clube de Portugal. Cansado, com barba de dois dias, Otelo Saraiva de Carvalho fechou as luzes e saiu do compartimento do Regimento de Engenharia da Pontinha onde, juntamente com um punhado de oficiais, dirigira as operações que determinaram a queda da ditadura. O plano operacional era da sua autoria e, para espanto de alguns, fora delineado naquele prosaico mapa.

A definição da orientação política do movimento militar ficou pouco a dever a este militar de carreira, filho de um funcionário dos CTT. Apesar disso, não fora a afoiteza, a eficiência e o sentido prático que moldaram a sua actuação, os acontecimentos que conduziram à instauração do regime democrático poderiam ter tido um fim desastroso.

O nome de Otelo subiu aos píncaros da fama, mas nesse ano sem a a carga política que adquiriria em 1975, no papel de estrênuo defensor do poder popular. Generoso, extrovertido, ingénio e algo vaidoso, combinou, à frente do COPCON, a verdura política com o gosto inato pelas luzes da ribalta e a convicção, rapidamente adquirida, de que poderia ser um revolucionário ao estilo sul-americano.

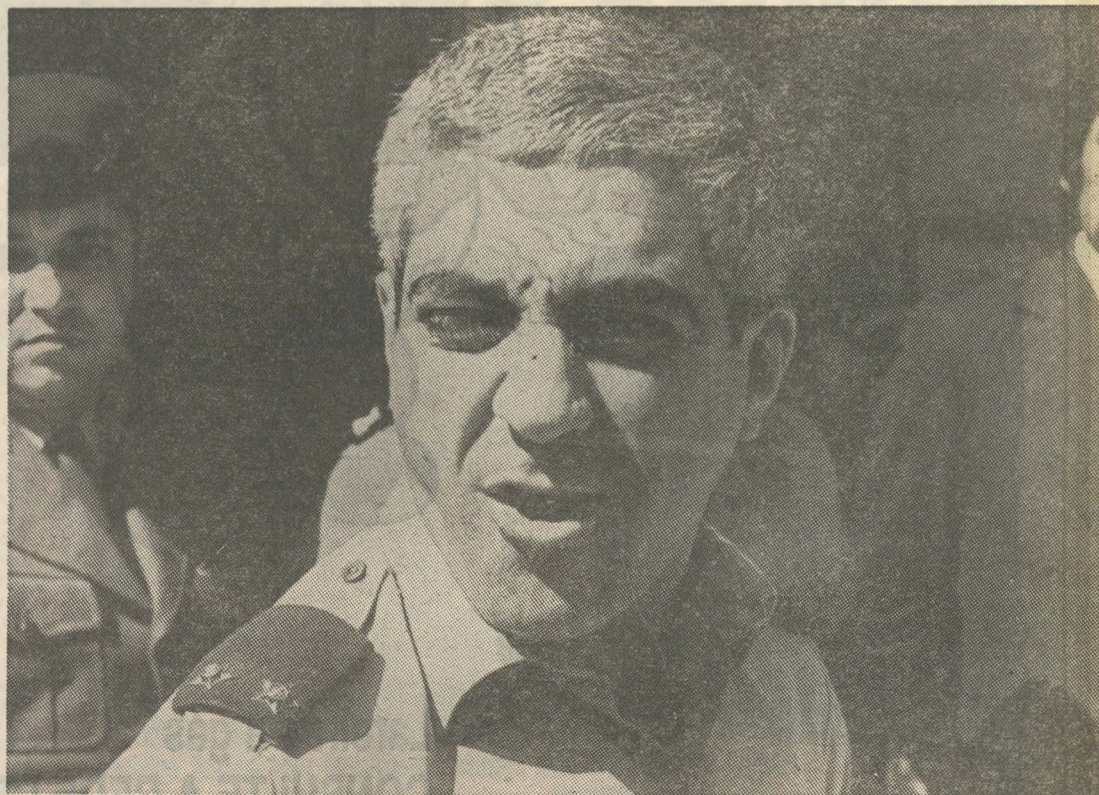
Depois da tentativa falhada de Março de 1974, em que uma unidade saíra isolada das Caldas da Rainha em direcção a Lisboa, Otelo foi encarregado pelo clandestino Movimento das Forças Armadas de traçar um plano operacional de conjunto, com vista ao golpe. Contando com os já numerosos elementos distribuídos pelas diversas unidades militares dispostos a derubar o regime, planeou uma acção assente no efeito de surpre-

sa e no envolvimento de um número suficiente de força que garantissem boa probabilidade de êxito.

Pouco depois das 0 horas do dia 25 de Abril, centenas de oficiais lançaram-se nas estradas, com os seus carros blindados à frente das tropas. Na manhã desse dia o regime entrou no colapso final. Otelo preocupava-se em atribuir tarefa de ocupação dos principais objectivos estratégicos às 6 unidades em que o MFA depositava mais confiança.

Um oficial que ainda não chegara à casa dos 40 anos e uma organização subterrânea, criada há poucos meses, conseguiram, assim, uma proeza que generais e políticos de muita experiência, enquadrados por vezes em estruturas organizadas e com a participação do movimento de massa, não haviam logrado ao longo de 48 anos.

A 18 de Março, Melo Antunes, pedra importante na conspiração dos capitães, pelo elevado nível de preparação política que revelava, mostrara-se muito pessimista. Depois do falhanço, dois dias antes, da tentativa das Caldas da Rainha, PIDE iria certamente pôr-se em campo, prender e dispersar os oficiais organizadores do MFA — alegou. Otelo, contrariou este estado de espírito. O destino português jogado em Abril de 1974 deve mais, não que a esta questão diz respeito, ao ousado julgamento então formulado por um major «impreparado» do que à avisada e responsável prevenção defendida pelo «ideólogo» do MFA.



Otelo Saraiva de Carvalho. Plano operacional e comando efectivo derrubam regime com 48 anos

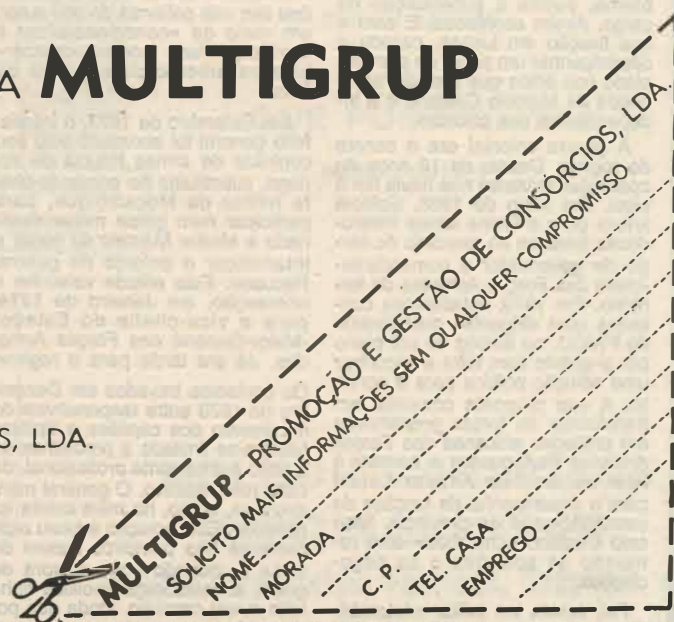
CONCRETIZE UM PENSAMENTO...
...SEM PESAR NO ORÇAMENTO!!!

AINDA MAIS VANTAGENS!

INOVAÇÕES E NOVAS OPORTUNIDADES
ATRAVÉS DO SISTEMA **MULTIGRUP**



MULTIGRUP - PROMOÇÃO E GESTÃO DE CONSÓRCIOS, LDA.
PRAÇA JOSÉ FONTANA, 17 - 5.º - 1000 LISBOA
TELEFS. 56 34 21 - 56 34 22

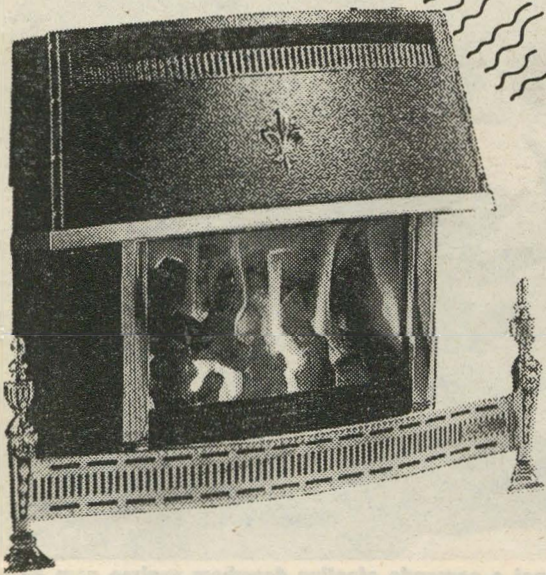


MULTIGRUP - PROMOÇÃO E GESTÃO DE CONSÓRCIOS, LDA.
SOLICITO MAIS INFORMAÇÕES SEM QUALQUER COMPROMISSO
NOME _____
MORADA _____
C. P. _____
TEL. CASA _____
EMPREGO _____



Shell butagaz

UMA ENERGIA ÚTIL E ECONÓMICA



Lareiras a gás
CONSULTE A REDE DE AGENTES



**Shell
butagaz**

1975

Vasco Gonçalves

IDEALISTA, PROLIXO FORÇA PAÍS REAL

ENVERGANDO um fato de bom corte, ao estilo de um primeiro-ministro europeu, o brigadeiro Vasco Gonçalves anunciava solenemente, em 26 de Março de 1975, que a sua equipa governativa, nesse momento empossada, orientaria fundamentalmente a sua acção «na dinamização da política antimonopolista do Programa do MFA e na defesa das classes mais desfavorecidas».

Idealista prolixo, este militar respecado da Comissão Coordenadora do MFA para chefiar o II Governo provisório, em Julho de 1974, foi amado e odiado como poucos no «Verão quente» de 1975. O seu percurso não foi muito diferente de tantos outros oficiais que fizeram carreira num regime ditatorial, em guerra desde 1961 contra movimentos emancipalistas nas colónias africanas. O engenheiro militar que Vasco Gonçalves era tomou-se em poucos meses no «companheiro Vasco», denodado lutador contra o fascismo, a reacção e o imperialismo que ameaçavam o 25 de Abril e o MFA.

O 11 de Março acelerou o passo daqueles que viam na situação criada com a nacionalização da banca uma ocasião privilegiada para fazer andar a roda da História. Vasco Gonçalves seguia à frente, entusiasmado e convincente com o apoio do PCP e do MDP/CDE ao seu governo e a desconfiança inquietada do PS e do PPD.

O País real não era bem aquilo que o primeiro-ministro e membro do Conselho da Revolução pensava que fosse. As eleições de 25 de Abril, para a Assembleia Constituinte, saldaram-se pelo apuramento de representações pouco expressivas para os partidos que o mantinham na crista da onda. As campanhas de dinamização levadas a efeito por estruturas do MFA não produziram os resultados esperados. Vasco

Gonçalves andava numa roda viva, multiplicando intervenções em assembleia militares e em comícios públicos.

A situação política e social degradava-se. Pelo Norte e Centro, ardiavam sedes do PCP. O PS saiu do Governo em Julho, seguido, uma semana depois, pelo PPD (actual PSD). A extrema-direita ensaiava formas de resposta armada e terrorista. Nos quartéis, tomava corpo a «resistência» ao gonçalvismo! Vasco Gonçalves preconizava um empenhamento mais forte dos militares na «via socializante» que afirmava estar em curso e clamava que as classes trabalhadoras deviam tomar o poder.

Em 25 de Julho, afirmou numa Assembleia do MFA a necessidade de proceder a uma «revolução cultural» para superar o atraso da «consciência social» reinante. Avisou que seria coisa para «anos e anos de serviço» e que «necessita de um Estado forte, de autoridade, de disciplina» revolucionárias.

A sua proposta acabou por não ser votada, depois da constatação que mereceu da parte do conselheiro Vasco de Lourenço, figura «heróica» dos Nove. Foi o princípio do fim. A queda do emotivo militar ficou simbolizada pela sua saída, a meio da Assembleia do MFA realizada a 5 de Setembro, em Tancos, boicotada pelo Exército e pela Força Aérea. Perdeu a hipótese de ocupar o cargo de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, viu reduzida a sua influência no Conselho da Revolução e, dias depois, o seu V Governo Provisório, nado morto em 8 de Agosto, é apeado.



Vasco Gonçalves. A defesa de uma revolução cultural para superar o «atraso» da consciência social

1976

Ramalho Eanes

VENCEDOR IMPÕE ORDEM NOS QUARTÉIS

NA tomada de posse do primeiro Presidente da República eleito no âmbito da Constituição democrática de 2 de Abril de 1976, o número de militares que assistiram à cerimónia não se reduzia à simples representação das altas patentes da hierarquia tradicional. Todos eles puderam no entanto ouvir da boca do general Ramalho Eanes, em discurso proferido na sala das sessões da Assembleia da República, o propósito de que o Conselho da Revolução cumpriria «correctamente os fins que lhe são inerentes e lhe estão justamente distribuídos».

A promessa do novel Chefe do Estado, eleito em sufrágio geral com elevada participação do eleitorado, estava longe de representar uma mera formalidade.

Eanes foi catapultado para o lugar cimeiro em que foi empossado a 14 de Julho através do prestígio ganho na organização militar das forças que se opuseram à institucionalização do «socialismo real» e do «poder popular». Este homem modesto, de poucas falas, que escondia os olhos atrás de óculos escuros, emergiu do dia 25 de Novembro pleno de carisma entre os militares. Foi literalmente «empurrado» para a chefia do Estado-Maior do Exército onde iniciou a difícil tarefa de pôr ordem nos quartéis.

Quando 1976 chegou, ainda não tinham desaparecido por completo as fortes pressões exercidas sobre o Grupo dos Nove, em que Ramalho Eanes se integrava, para que os militares vencedores varressem do mapa político o PCP e formações de extrema esquerda, a pretexto das suas ligações à escalada golpista. A herança era pesada. Os mi-

litares tinham-se habituado a meter a colher na política e os partidos a desenvolver as suas actividades nos quartéis.

Neste contexto, o homem que a partir de Julho passou a desempenhar conjuntamente as funções de Presidente da República, presidente do Conselho da Revolução e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, propôs-se realizar uma profunda transformação das mentalidades nas fileiras militares. O critério da competência foi instalada nas promoções para as hierarquias militares, sem excluir a confiança política no que respeita à fidelidade ao regime democrático.

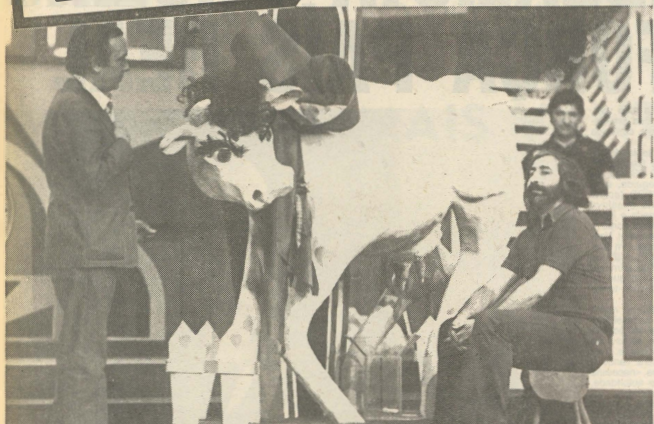
No que respeita ao Conselho da Revolução, órgão criado na sequência das tumultuosas acontecimentos de 11 de Março de 1975 e que muita susceptibilidade levantava em alguns partidos, Eanes atribuiu-lhe o papel de dispositivo «amortecedor» entre a instituição militar e os meios políticos, nas suas relações nem sempre fáceis. Foi um processo complicado, conflituoso, longo, mas que chegou a bom termo.

Em 12 de Dezembro, com a realização das primeiras eleições autárquicas, Ramalho Eanes bem pôde orgulhar-se de ter levado a bom termo o seu propósito de institucionalização da democracia política, coroadando, assim, o seu primeiro ano à frente do edifício institucional.



Ramalho Eanes. Três importantes cargos nas mãos de um homem a braços com uma pesada herança

1977 Solnado / Cornélia



Raul Solnado/Vaca Cornélia. Um concurso televisivo sensacional que fez escola

UMOR E CULTURA CHEGAM A TODOS

A gravação estava a prolongar-se e o público que enchia o recinto do Teatro Villaret para assistir em directo ao programa mais divertido do ano, embora maravilhado com o pleito, começava a dar sinais de impaciência. O concorrente Gonçalo Lucena, vestido à romana, acabava de comer umas luvinhas ali mesmo, nas barbas de todos. O júri de «A Visita da Cornélia», ao começar a prova de teatro a que acabara de assistir, referiu-se às «buchas» bem medidas. Solnado não deixou escapar a ocasião e anunciou à respeitável plateia, no seu característico tom, entremado de solenidade e divertimento, que a ceia seria servida em breve.

A ceia não era nada e era tudo. Foi, nesse 1977, um concurso televisivo sensacional, transmitido de Maio a Novembro nas noites de segunda-feira, que retrocesso a tensão de uma ano de crise económica e política. Criado pela parreia Raul Solnado-Fishão Gouveia e animado, em cena, pelo primeiro com invulgar talento, levou ao público as quadras inventivas e interpretativas de muito cidadão anónimo. Quanta aplicação e alegria na disputa dos prémios, perante um júri exigente e rivais por vezes de grande gabarito.

A sessão transmitida a 5 de Julho foi uma das mais animadas da fase inicial do concurso. O jornalista Assis Pacheco defendeu garbosamente o lugar cimeiro que ocupava no pódo há 5 semanas consecutivas. O recém-chegado Gonçalo Lucena, publicitário de profissão, ultrapassou-o na pontuação, com um conjunto de números que provocaram o aplauso geral. Os seus recursos vocais e de comediante proporcionaram-lhe uma boa pontuação, especialmente quando imitou Lourenço Armstrong, Maurice Chevalier e Carlos Ramos e, depois, atendeu concorrentes ao Festival da Canção. Ele é a sua parceria fizeram os espectadores rirem-se a bandeiras despregadas dançando, vestidos a

preceito, um excerto do ballet de «O Lago dos Cisnes», que mereceu a Raul Solnado o comentário: «Aquilo não foi «O Lago dos Cisnes», foi a Poça dos Patos!»
As regras do concurso garantiam o direito de resposta. E Assis Pacheco subiu ao palco para desenvolver um conjunto de provas que deixou o júri de boca aberta e o levou a abrir generosamente a bolsa da pontuação. O jornalista dançou o «chariston», disse um poema inédito da sua autoria, acertou nas três perguntas sobre literatura, recorreu a fantoches na prova de teatro e levou para casa um boi em cartão, o «tenente-cornélia», que despejuou humor a ródos.
No termo da sessão, Pacheco reforçou a sua posição, relegando Lucena para o 2.º lugar. Mas ainda muita coisa se iria passar em «A Visita da Cornélia», com muitas caras novas e insuspetados valores a revelarem-se ao grande público pela mão de Solnado. Formavam-se «cliques» e tomava-se partido, abrindo-se um precedente que ainda hoje faz sentir nos concursos televisivos. O júri fez a sua entrada neste tipo de programas televisivos pela via de gente que já era conhecida mas que se tornou célebre — Paulo Renato, Raul Calado, Maria João Seixas, Maria Leonor e Stau Monteiro.



Gonçalo Lucena foi irresistível em «O Lago dos Cisnes», mas Assis Pacheco ultrapassou-o de seguida

Assis Pacheco acabou de sair do pódo, na sessão de 25 de Julho, ainda que por desistência — os afazeres profissionais e o desejo de gozar férias em Agosto não lhe deturcaram outra alternativa. Outros talentos lhe sucederam, como José

Fanha e Vasco Raimundo, Pinheiro, «Tareca», Rui Guedes e o já citado Gonçalo Lucena. A diversão e a cultura passaram durante 25 semanas pelo pequeno ecran», concludo um interesse desusado e fazendo sair do anonimato gente que ainda hoje é recordada.

1979 António Macedo

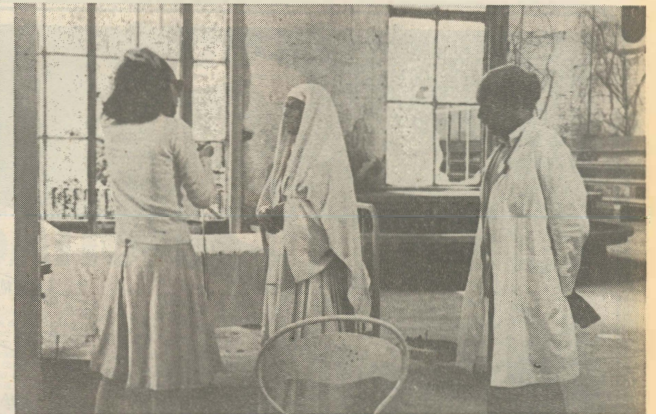


António Macedo. Visão própria do fenómeno religioso desperta hábitos de intolerância

Na noite de 3 de Abril de 1979, agentes da PSP de Lisboa cercaram um quarteirão da cidade para garantir a exibição de um filme subsidiado pelo Instituto Português de Cinema, ameaçado por velhos hábitos de intolerância. A obra em questão, «As Horas de Maria», realizada pelo cineasta António Macedo, reflectia uma visão própria do problema religioso e uma interpretação heterodoxa das Escrituras e de outra documentação relacionada com a vida de Cristo. Mas a sensatez do realizador e das autoridades impuseram o cumprimento da lei e constituíram um saudável exemplo de maturidade face aos saudosistas da censura.

No dia da estreia, algumas dezenas de jovens postaram-se à violência. A contestação movida à película por alguns meios políticos e religiosos antes da sua estreia ultrapassou a natural manifestação de discordância acerca do seu conteúdo. Dos apelos à proibição passou-se à violência.

MATURIDADE VENCE SAUDADE CENSÓRIA



O poder das instituições sobre a personalidade é um dos temas de «As Horas de Maria»

«-em frente do cinema Nilos mas cantando hinos religiosos e empunhando terços». Os mais exaltados injuriaram os espectadores. Só a presença de fortes contingentes de polícia evitou o pior. Apesar disso, dois espectadores foram maltratados no fim da exibição, a 500 metros do local, depois de perseguidos.
O filme do cineasta a quem os problemas eclesíacos e religiosos motivam, inspira-se num caso verdadeiro, noticiado pelos jornais nos anos 50, de uma jovem provincial, muito crente, que foi violada pelo padrastrô e que a mãe e ela pretendiam dar como louca. António Macedo relacionou-o com um caso muito falado na altura, relativo a uma desco-

berta arqueológica realizada perto de Jersusalém, que punha em causa a crença na ressurreição e na subida, em corpo, de Jesus aos céus.
Maria, protagonista do filme, é intimada num santatório lisboeta para doentes mentais. Ela é o símbolo do ser humano prisioneiro de instituições que a destroem — a instituição religiosa, representada pela madre, e a instituição científica, representada pelo médico. A obra não é grosseira nem insultuosa.
Bispos e párocos condenaram o filme, em homilias ímbricas, antes mesmo da sua estreia. Direito que lhes assiste recusaram-se a proibir a exibição. O secretário de Esta-

do da Cultura do Governo Mota Pinto, o escritor David Mourão-Ferreira, afirmou taxativamente não estar «disposto a fazer censura, nem antes nem depois».
António Macedo, que deixara em 1984 o exercício da profissão de arquitecto para se dedicar inteiramente ao cinema, chamou os contestatários à razão, invocando designadamente dada para a projecção, na sequência de um protesto do bispo D. Policarpo da Costa Vaz.

Apesar da campanha, acatada particularmente por um maturo lisboeta, as autoridades recusaram-se a proibir a exibição. O secretário de Esta-

1978 Amaro da Costa



Amaro da Costa. Conselhos e análises são fontes inspiradoras do líder do CDS

NUMA declaração feita a um matutino em 24 de Junho de 1978, o jovem vice-presidente do CDS considerou consumada a ruptura do acordo firmado meses antes entre o seu partido e o PS, que viabilizara o II Governo Constitucional. O executivo caiu em Agosto por decisão do Presidente da República. Na base do desfecho, o papel desempenhado por Amaro da Costa, considerado o estrategista por excelência do CDS, pai do compromisso histórico à portuguesa que levava o seu partido mais à direita na Assembleia da República a aliar-se ao principal partido da esquerda.

Versátil e habilíssimo, Amaro da Costa sempre fora encarado como a mão direita de Freitas do Amaral. Em 1978, os seus conselhos e análises passaram a ser lidos como fontes inspiradoras de algumas opções decisivas tomadas pelo líder incontestado do CDS.

A distância que foi preciso vencer em fins de 1977, princípios de 1978, depois da queda do I Governo Constitucional, para meter os dois partidos no mesmo saco era incensurável. Com os acontecimentos quentes de 1975 ainda bem vivos na memória colectiva e a clivagem política daí resultantes era praticamente impossível sonhar com a aproximação dos respectivos militantes e eleitores. Amaro da Costa empenhou-se a fundo. A razão era simples, conforme deixou perceber numa sessão de esclarecimento realizada a 3 de Janeiro pelo seu partido, no Porto: no caso de haver novas eleições «talvez a esquerda PS/PCP reforçasse a sua polí-

ESTRATÉGIAS DE FUNDO LEVA A COMPROMISSO

ção». Venceu oposições no seu partido, manifestadas por militantes que não queriam ver os 18% dos votos socialistas «engolidos» pelos 34% socialistas e que reclamavam, também, a presença do PSD num futuro governo. Mas o PS não queria um executivo a três e o PSD recusava ir para o governo com o PS.
O acordo firmou-se em 19 de Janeiro e três dirigentes centristas entraram para o Governo enfimicamente intitulado «de base PS com personalidades e apoio parlamentar maioritário e estável». Estava salva a honra do comentário, embora por pouco tempo. A actividade do ministro da Agricultura, da responsabilidade dos socialistas, era incoincidental com o programa e as posições do CDS. Os centristas reclamaram, numa primeira instância, a cabeça do ministro e, face à negativa do PS, retiraram os seus três ministros do Governo.



Os centristas transferiram a fundação uma imagem que Amaro da Costa desajustada e indesejável

Apertadamente, o CDS saíra enfraquecido dum acordo que se desfez com o PS. Amaro da Costa, o defensor e covêrio do acordo com o PS, foi acusado em profundidade. «Um partido como o nosso, acusado pela aplicação para uma imagem de direita radical, truculenta, saudosista, passadista, não poderia ter a veleidade de crescer seriamente e de con-

quistar eleitorado até a algo que se deve cumprir a esta imagem», declarou: «A nossa espelle em Setembro. E a política de 1978 ajudou De Gasperi, um dos líderes CDS nesse sentido», nos da democracia cristã possível elevar a justiça, que dizia: a Democracia estratégica porque nas

eleições de 1979 o CDS ocorreu em listas coligadas. Mas não há dúvida de que o CDS que estivera no Governo com o PS já não era o mesmo, em termos de opinião pública, que o CDS constituído em 1974.

PRODUTOS DE HIGIENE, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

- Para o Lar
- Hotéis
- Hospitais
- Cantinas
- Restaurantes
- Fábricas



CHARNECA DE CAPARICA



O NOSSO OBJECTIVO É A QUALIDADE

Electrolis
COM. ELECTRODOMÉSTICOS, LDA.

FERGUSON

TELEVISÃO
VIDEO
AUDIO

laGERMANIA

FOGÕES ELECTRICOS, A GAS E MISTOS
PLACAS DE ENCASTRAR
FORNOS DE ENCASTRAR
C/ SISTEMA MULTI-FUNÇÕES

W White Westinghouse

FRIGORIFICOS
MÁQUINAS DE LAVAR

MONDIAL
frigor

FOGÕES ELECTRICOS, A GAS E MISTOS
ARCAS CONGELADORAS
VITRINAS P/ LACTICINIOS E GELADOS
ARREFECEDORES GARRAFAS

MONDIAL
FOGÕES

SEDE: LEIRIA
R. João de Deus, 5. 1. — 2400 LEIRIA
Telefones: 334 01 334 17 — Telex ELIND P e 132 239 ELISP
Telefax: 32 139

DELEGAÇÃO LISBOA
Rua dos Correiros, 14. 4.º — 1100 LISBOA
Telef. 32 13 81 / 2 — Telex 16 817

DELEGAÇÃO NORTE
Rua Nova do Seixo, 271 — 4450 SENHORA DA HORA
Telefones: 951 97 00 - 952 02 28
Telex 28 877 ELISPO P

1980

Sá Carneiro

SONHO ACABA ANTES DA PROVA

SESSENTA dias depois de ter conseguido uma vitória eleitoral retumbante que o levava à chefia do primeiro executivo constitucional com um horizonte de vida de 4 anos, a morte ceifou-o em circunstâncias trágicas e inesperadas.

Sá Carneiro terminou, em 4 de Dezembro de 1980, um sonho que a crua realidade demonstrou, volvidos três dias, ser irrealizável. Ficou a recordação de um homem de Estado voluntarioso, de férrea vontade, imaginativo e inconformista.

O ano de 1980 começara bem para o líder do PSD. Empossado a 3 de Janeiro à frente de um governo apoiado por uma maioria absoluta de deputados na Assembleia da República, lançou mãos à obra. As leis em vigor exigiam a realização até ao fim do ano de novas eleições legislativas, culminantes da primeira legislatura. Bastava governar de forma a aliviar o cinto ao eleitor para conquistar, assim, o voto para um mandato de quatro anos.

Mas o homem que em 1973 batera com a porta a Marcelo Caetano, recusando participar numa mascarada de liberalização, não se satisfazia com a mera gestão dos assuntos correntes. Insatisfeito, renunciara em Novembro de 1977 ao cargo de presidente do PSD. A sua capacidade de estratégia e intuição política levaram as bases social-democratas a ir buscá-lo, 8 meses depois, para voltar a dirigir os destinos de um partido que se identificava com um líder carismático.

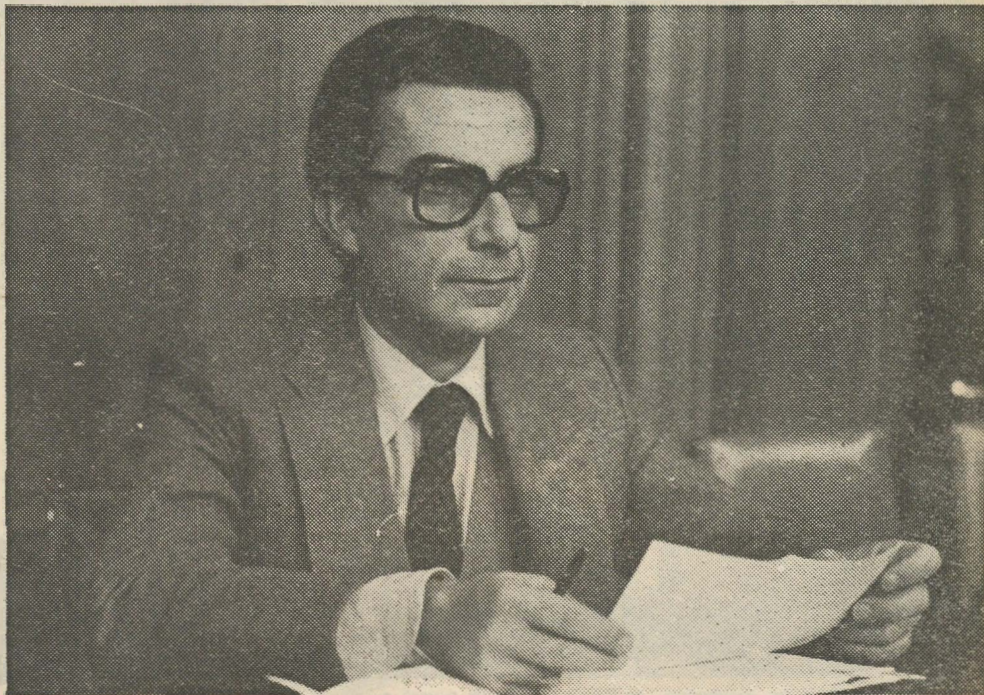
Sá Carneiro pregava ao cidadão que o regime se debatia num impasse. Na sua perspectiva, as distorções que infermavam a democracia portuguesa impediam a construção, em Portugal, de «um modelo europeu de sociedade». Em concreto, o líder da Aliança Democrática queixava-se das interferências do Conselho da Revolução na

actividade do seu Governo e criticava a actuação do Presidente Ramalho Eanes.

A sua receita era simples, mas muito melindrosa: rever a Constituição. Era preciso acabar com os órgãos político-militares e fazer as reprivatizações. Na impossibilidade de constituir uma maioria de 2/3 dos deputados na Assembleia da República, necessária para antecipar a revisão e efectuá-la, Sá Carneiro pretendia a realização de um referendo para avançar nesse caminho. O referendo, no entanto, não estava previsto no texto constitucional e era recusado pelos partidos políticos da oposição.

Quando conheceu os resultados eleitorais que em 5 de Outubro lhe permitiram ampliar a maioria que já detinha na Assembleia da República, Sá Carneiro deu o tom: «Esta vitória é como que a primeira volta, das eleições presidenciais e significa a eleição, à primeira volta, do general Soares Carneiro.»

Aquele general era a condição sem a qual o projecto de Sá Carneiro iria por água abaixo. Eanes não aceitava a alteração da Constituição nos moldes propostos pela AD. E Sá Carneiro jogava tudo por tudo: «Se Ramalho Eanes for reeleito, não serei primeiro-ministro e os portugueses devem ter consciência disso quando votarem.» A queda do avião em que se fazia transportar para o Porto, onde iria participar num comício decisivo do seu candidato presidencial, não lhe permitiu conhecer a opção que o eleitorado tomou, três dias depois, em favor de Eanes.



Sá Carneiro. Receita simples, mas muito melindrosa: rever a Constituição sem maioria de 2/3

1981

«Capitão Roby»

CASANOVA PORTUGUÊS SATISFAZ FANTASIA

NA noite de 30 de Novembro de 1981, um homem muito conhecido, elegantemente vestido, chama as atenções dos frequentadores dum conhecido «pub» do Bairro Alto. Ouviram-no contar alguns episódios picantes de rocambolescas aventuras junto do

belo sexo. O «capitão Roby» tinha-se evadido 5 dias antes. Atrás de si deixara uma condenação a 7 anos de prisão, em sentença lida no Tribunal da Boa Hora três meses atrás. A fama do «casanova português», alimentada esse ano, ainda não se tinha apagado. Estava, no entanto, a cair no esquecimento.

A figura fizera história e na hora da verdade o juiz alegara que o Jorge Monteiro «levava à certa» mais de 70 noivas, a quem fizera inequívocas promessas de casamento» e à conta das quais «sacara» alguns milhares de contos. Mas para além destas conclusões, a opinião pública guardava as afirmações feitas por mulheres que, acusando-o, consideravam-no «irresistível». Algumas deixaram-se fotografar por ele como Deus as tinha deitado ao Mundo, outras chegaram a visitá-lo na prisão e até a manter relações íntimas, com o seu adorado, nos locais mais inverosímeis. Elas punham-no em tribunal mas adoravam-no!

Duas semanas depois de ter escapado, o «capitão Roby» recorria à imprensa para contar a sua história. Exibiu um papel timbrado, devidamente assinado, onde se podia ler uma declaração feita, ao que disse, por uma advogada de 27 anos que propusera retomar a sua defesa. «Jamais tomarei a beijar ou a ser beijada, ainda que na face, por qualquer amigo ou simples conhecido, enquanto o Jorge, o homem que amo, permanecer recluso» — dizia-se no papel. Jorge Monteiro contou ainda que a referida advogada lhe multiplicara as declarações de amor e se

propusera usar uma espécie de cinto de castidade como garantia de fidelidade ao seu amado.

Aquela mulher «gira», como ele a classificou, foi a causa da sua fuga. Autorizado em Novembro a encontrar-se com sua mulher fora do estabelecimento prisional, Jorge Monteiro foi «abordado» pela advogada, conforme contou, depois de ter passado umas boas horas com a sua legítima. A apaixonada jovem contou-lhe um facto que o pôs branco como a cal. Estava em causa a sua honra. Viu-se, então, obrigado a fugir num táxi, deixando mal colocado o guarda encarregado da sua vigilância, o que muito lhe pesava.

Procedeu, então, a averiguações, tendo finalmente chegado à conclusão de que a história da advogada não passava de um ardid destinado a conduzi-lo «para uma cama qualquer». Amargurado, o fugitivo deixava a mensagem, através da imprensa: «ela que se retracte». E anunciou que dentro de dois dias regressaria voluntariamente à cadeia do Linho.

Um dom-João atrás das grades não servia por certo a ninguém e muito menos a ele próprio, habituado, no Verão, às honras de primeira página dos jornais. E foi assim que nesse final de ano a saga do «Casanova português» retomou o seu ímpeto, satisfazendo a fantasia de um público deliciado com as artimanhas de um cidadão que trocava as voltas ao destino, perseguido pelas mulheres que disputavam o seu amor, por entre protestos da mais cândida inocência.



«Capitão Roby». As mulheres metem-no em tribunal mas acham-no irresistível

... O PRAZER, O SABOR, O SABER...

E DELTA sabe, como ninguém, criar o sabor do seu café.
 Somos um dos maiores importadores de café,
 preparando-o completamente, desde a torrefação,
 loteamento, embalagem e distribuição.
 Cobrimos totalmente o mercado nacional, com uma
 frota de 98 unidades.
 Crescemos no espaço e no tempo, indo de encontro
 ao seu prazer.
 Um prazer de verdade!
 Um sabor de verdade!
 Um café de verdade!
 Que Você bem conhece!
 Conheça-nos também tão bem!



A VERDADE DO CAFÉ



ibérico

**HIPERMERCADO
PAÇO DO LUMIAR**

**FEIRA DO QUEIJO
E DOS
ENCHIDOS
DE
13 A 29 FEV.**



1982

Nuno Teixeira

CRIAÇÃO PORTUGUESA
AFIRMA CAPACIDADES

A bordo do helicóptero da Força Aérea que serviu de suporte a filmagens de exteriores de «Vila Faia», um homem seguia feliz e aliviado em direcção ao rio, na tarde de 15 de Setembro de 1982. Nuno Teixeira, realizador da primeira telenovela portuguesa, processava imagens do plano final da obra cuja transmissão fora iniciada pela RTP em 10 de Maio e que concitara a adesão dos telespectadores e da crítica. A estreia portuguesa, depois de um período de 5 anos em que o público se habituara à bitola das telenovelas brasileiras, representou um acto de coragem e confirmou as capacidades do nosso meio artístico.

Durante 5 meses e ao longo de 100 episódios, «Vila Faia» entreteve os portugueses à hora em que a televisão é susceptível de reunir maior número de espectadores. Foi preciso arrancar do nada: a produtora (Edipim) construiu um estúdio de raiz, cuja superfície era três vezes superior ao maior da RTP, montou 30 cenários completos e contratou um punhado de actores profissionais a tempo inteiro, sem experiência neste tipo de trabalho.

O desafio aceite por Nuno Teixeira era enorme, acrescido pela declaração que fez, antes da exibição ter começado, de rejeitar qualquer comparação com os produtos brasileiros, feita com a desculpa implícita da inexperiência portuguesa. Tanto ele como Nicolau Breyner, responsável pela direcção de actores, fizeram questão de acentuar que o seu trabalho teria de ser apreciado em paralelo com a experiência brasileira vivida na altura, apesar desta contar já com 15 anos.

A narrativa de «Vila Faia» — história de amor, frustrações, conflitos entre gerações e mortes, em torno de uma abastada família ligada ao comércio de vinho — não era de teor genuinamente português. O argumento, da autoria de Thilo Krasamann e Nicolau Breyner, era de estilo «padronizado», recheado de personagens e situações que podiam ser inseridos em qualquer outra latitude. Mas o arranque português neste género televisivo, com muitos apreciadores entre nós, foi particularmente auspicioso pelos talentos que revelou e efeitos que suscitou junto do público.

Nuno Teixeira, que ganhara o prémio de realização em 1977, chegou a ir ao Brasil para um estágio de 10 dias na TV Globo. Constatou que pouco ou nada teria a aprender com aquela «máquina» de 1500 pessoas dedicadas por inteiro à produção de telenovelas. Caprichou na sua experiência e talento de realizador, apurou-se nos «décors» e na iluminação, campos em que a equipa portuguesa sentia que podia superar facilmente os brasileiros.

No fim da festa, afirmou, perante a reacção agradada dos telespectadores, que a telenovela portuguesa «era uma demonstração plena de que nós, portugueses, somos capazes de fazer tão bem ou melhor do que lá fora».



Nuno Teixeira. Durante 5 meses e ao longo de 100 episódios, entreteve os portugueses com um produto nacional

1983

Ernâni Lopes

MEDIDAS DOLOROSAS
OPERAM REVIRAVOLTA

FLEUMÁTICO e distante das tricas políticas, um economista que granjeara uma imagem de competência no desempenho de funções diplomáticas durante 8 anos teve o mérito de inverter a tendência suicida para o endividamento externo do País. Ernâni Lopes sentou-se em Junho na cadeira deixada vaga por João Salgueiro e depois de ter tomado uma série de medidas particularmente impopulares pôde exibir, em Dezembro, uma vitória de vulto: o défice da balança de transacções correntes fora reduzido a metade do valor registado um ano antes.

Quando o ministro das Finanças e do Plano do Governo de «bloco central» chefiado Mário Soares tomou posse, as finanças portuguesas estavam numa situação muito difícil. A dívida externa atingira a alarmante proporção de 58% relativamente ao produto interno bruto. Era um índice situado entre os mais elevados do mundo. A continuar a política de despreocupado endividamento, as reservas de ouro portuguesas seriam delapidadas a breve prazo e já não haveria quem nos emprestasse dinheiro.

Mantendo uma posição equidistante entre os dois partidos da coligação governamental, o independente Ernâni Lopes pôde agir com dureza, coberto pelo guarda-chuva do chefe do Governo, a quem não interessava que a política de recuperação financeira fosse neutralizada no vespereiro das rivalidades partidárias imediatistas. O plano conjuntural de emergência e a carta de intenções dirigida pelo Governo, em Agosto, ao Fundo Monetário Internacional abriram as portas aos créditos estrangeiros indispensáveis ao pagamento da dívida e à superação

das rupturas no abastecimento que se perfilavam no horizonte.

Na altura, foram tantas as feridas abertas que Ernâni Lopes chegou a ser considerado como um Salazar em gestação. Qual seria o propósito de um homem prestigiado com a sua actividade diplomática em Bona e em Bruxelas (junto da CEE), para se meter numa difícil tarefa governativa, depois de ter recusado alegados convites para o exercício de altas funções?

As drásticas medidas foram aplicadas em 1983 a um ritmo alucinante. A criação de novos impostos e o agravamento de outros culminaram no inesquecível e abominado arrebato, pelos cofres do Estado, de 28% sobre o 13º mês dos trabalhadores por conta de outrem. As elevadas taxas de juro tornaram inviável o investimento. O desemprego alastrou, a inflação atingiu o recorde de 34%. Os salários reais desciam.

A dolorosa operação prosseguiu em 1984, e Ernâni Lopes que actuara em 1983 com um horizonte de 4 anos, assegurado por uma maioria muito ampla na Assembleia da República, saiu de tudo isto, quando o Governo se afundou em 1985, por vontade da nova liderança do PSD, sem glória nem proveito. Criticado acerbamente por ter feito muito «sangue», quando outros diziam não ser necessário, Ernâni Lopes ficou, no entanto, como o homem que deu a reviravolta.



Ernâni Lopes. Travagem funda na política de despreocupado endividamento externo

NOREMA PORTUGUESA, LDA.

AGORA TAMBÉM EM **ODIVELAS**
 NA RUA JÚLIO DINIS, 24
 TELEFONE 981 12 39

VISITE-NOS E APRECIE AS NOSSAS COZINHAS,
 PORTAS DE CORRER, ARMÁRIOS, ESTANTES E
 MUITO MAIS...

Esperamos por si em:

LOJA 1 — Rua da Junqueira, 354 — 1300 LISBOA
 LOJA 2 — Rua Arantes Pedroso, 11-A — 1100 LISBOA
 LOJA 3 — Fábrica: Santa Cita — TOMAR
 LOJA 4 — Cais Capelo Ivens — VILA NOVA DE GAIA

E AINDA EM **ODIVELAS** NA
 RUA JÚLIO DINIS, 24 — TELEFONE 981 12 39

AGENTES EM TODO O PAÍS

NOREMA

ONDE O SEU DINHEIRO
 VALE MAIS



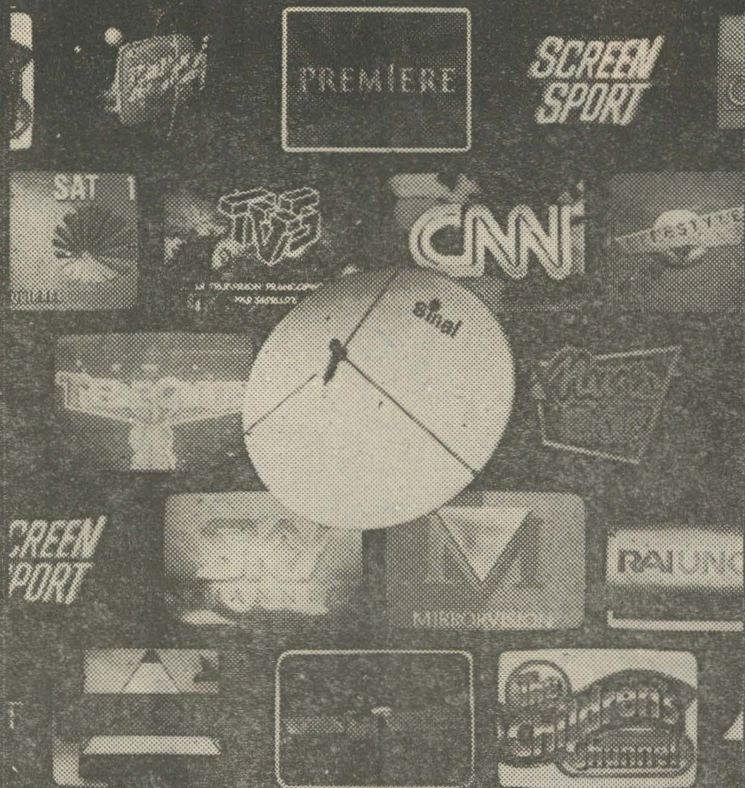
GRAVURAS: Originais francesas, inglesas e suíças
AGUARELAS: Aniceto, Espinaux e José Bello
SERIGRAFIAS: Botelho, Bravo da Mata, Cargaleiro, Carlos Dages, Cutileiro, David Almeida, Gentil, Horta Costa, Yeco, Maluda, Martha Telles, Molina, Thomaz Mello (Tom).

Fazem-se molduras em todos os estilos

LOJA 21 e LOJA 24 — Centro Comercial SOPAL — Rua Ivens, 58 — Telef. 32 22 56 — 1200 LISBOA
 LOJA 10 — Complexo Comercial Pingo Doce de Linda-a-Velha — Av. 25 de Abril — Telef. 419 96 35 — 2795 LINDA-A-VELHA

ANTENAS PARABÓLICAS

TELEVISÃO VIA SATÉLITE



Sinal

VISITE O NOSSO SALÃO DE EXPOSIÇÃO
 RUA CASIMIRO FREIRE, 13-A/B
 1900 LISBOA
 TELS. 892945 - 894650



**R. ANDRADE
 SOFTWAREHOUSE**

DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO — Informa que serão lançados BREVE-
 MENTE no mercado os seguintes programas (c):

- INTERPRETADOR / TUTOR LINGUAGEM C
- RA TOOLS (UTILITARIO PARA COPIAR, EDITAR, ETC...)
- FACTURACAO/STOCKS PARA PC/XT/MS-DOS
- P.O.C. (PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE) PARA MSX
- TODA A BIBLIOTECA CPM-80 ADAPTADA PARA MSX

DEPARTAMENTO COMERCIAL — Informa que vende, instala, da assisten-
 cia técnica e apoio de e ea software para:

- COMPAG
 - IBM
 - PHILIPS (COMPATIVIS/MSX)
 - EPSON
 - CITIZEN
 - BREVEMENTE TANDON IMPORTADO DIRECTAMENTE A PRECOS REALISTAS.
- A GARANTIA E RESPONSABILIDADE DE SERMOS**

R. ANDRADE

Av.5 de OUTUBRO, 134-R/C, ESQ. T. 73 44 19
 1000 LISBOA

A CAPITAL
R. ANDRADE
 DESEJA-LHE UM
 FELIZ ANIVERSARIO



1984

Carlos
LopesFEITO DE CAMPEÃO
MOBILIZA PAÍS

Carlos Lopes. Determinação, fibra, força, vontade indômita, garra, querer

PREGADOS ao televisor, todos, de Norte a Sul, seguimos atentos a corrida do campeoníssimo Carlos Lopes. Pelas ruas de Los Angeles, na madrugada de 13 de Agosto de 1984, na prova rainha dos Jogos, puxámos por ele, gritámos o seu nome. «Anda Carlos, puxa. Olha que eles estão a ficar para trás», ouve-se em qualquer recanto. É um país mobilizado a correr com aquele veterano. 37 anos, Carlos Lopes, passada ligeira, ritmada, vai cavando o fosso que o separa dos opositores. O homem de Vildemoinhos, beirão de rija cepa, está ali a confirmar uma carreira feita de êxitos que em 1976, em Montreal, conhecera uma primeira consagração, com a conquista da medalha de prata dos 10 000 metros, depois de uma corrida em que só a força final do finlandês Lasse Viren batera.

Quando Lopes entrou no Estádio Olímpico de Los Angeles para conquistar a última mas também a mais saborosa medalha da competição, a alegria passou o Atlântico e percorreu o País de lés-a-lés. Alegria que se tornou emoção quando no mastro subiu, na posição de mais destaque, a bandeira das quinas que alguns momentos antes o atleta fizera passear para que o público a aplaudisse.

Carlos Lopes tornou-se no símbolo do atletismo português e mesmo do País. Em 1984 conheceu a consagração máxima para uma carreira em que as vitórias foram muitas, tomando o seu palmarés num dos mais ricos de sempre.

Natural de Vildemoinhos (Viseu), onde nasceu a 18 de Fevereiro de 1947, Carlos Alberto de Sousa Lopes foi descoberto ainda com a idade de júnior pelo prof. Moniz Pereira que o contratou de imediato para o Sporting adivinhando estar ali um grande campeão. Ao longo dos anos de uma carreira rica e bastante longa, Carlos Lopes conheceu êxitos muito especiais, como na S. Silvestre de S. Paulo, no Mundial de Corta-Mato, já em 1984, as três vitórias individuais na Taça dos Clubes Campeões Europeus, a espectacular corrida realizada em Oslo, em 1983, nos 10 000 metros, ou os triunfos nas maratonas de Tóquio, Chicago, Nova Iorque e Roterdão, com recorde mundial (2.07.11).

Nos Jogos, Lopes revelou todas as características que o tornaram um grande campeão: determinação, fibra, força, vontade indômita, garra, querer. E será curioso assinalar que alguns dias antes de seguir para os Estados Unidos o atleta sofrera um atropelamento na Segunda Circular quando efectuava a sua preparação, ficando em risco a sua presença nas Olimpíadas, pois ignorava-se se conseguiria recuperar a tempo de poder estar na sua melhor forma naquela competição. Só que Carlos Lopes nunca se deixou abater, recuperou e obteria não só a medalha de ouro, como ainda um novo recorde olímpico para a maratona, com o tempo de duas horas, nove minutos e 21 segundos.

1985

Herman José

HUMOR CRITICA
RIDÍCULO CASEIRO

NUM meio onde o poder instituído habituou durante gerações as gentes a levar tudo muito a sério, e em que a anedota irreverente constituía uma forma de contestação de valores obsoletos, Herman José destapou a panela do formalismo oficioso. Nas noites de sábado, durante os primeiros meses de 1985, o comentador Esteves fazia rir com gosto os telespectadores, dizendo coisas e tomando atitudes muitas delas já acontecidas em situações bem reais.

O portentoso Herman José regressara à TV em 15 de Dezembro de 1984 com um novo programa, depois do êxito inigualável alcançado em 1983 com «O Tal Canal». Reabriu, assim, a saudável janela da crítica bem-humorada, assustada a algumas das fontes do ridículo caseiro.

O comentador teledesportivo Esteves deliciava o público com a acentuada pronúncia nortenha, a paródia do à-vontade e do informalismo perante as câmaras, as beliscaduras nas normas oficiais do bom comportamento e as piadas às estrelas entronizadas do nosso futebol. Não era coisa muito pacífica.

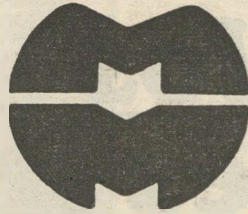
Nem as críticas de furiosos adeptos de clubes nortenhos nem a atitude menos desportiva do dirigente dum grande clube lisboeta, acontecidas aquando da transmissão do programa anterior, levaram Herman a retirar a figura. Era a confirmação de uma via própria de humor. Depois de uma carreira que despertara o interesse do grande público em 1975, este «enterteiner» filho de pai alemão e mãe portuguesa guindara-se, em 1983, com 29 anos de idade, à posição de primeira figura do humor por-

tuguês. Isso aconteceu quando Herman José passou a representar aquilo que escrevia. A comicidade das situações retratadas em «Hermanias» decorria também de uma preocupação em focar coisas que, como ele próprio confessou, tinham sido «de algum modo já vividas antes» por si e que provinham de uma «veia de observação crítica muito intensa».

O cançonetista Serafim Saudade evoluiu num cenário misto de sumptuosidade e piroseira, um «night club» de paredes almofadadas em cetim cor-de-rosa, lustres de pingentes e colunas gregas. Esta figura espampanante de «music hall» barato emparelha com D. Teguesa de Bagança, aristocrata falida, de gostos e moral duvidosos. São respectivamente, a vedeta-tipo e a sobrevivente de uma elite arruinada, num país com 800 anos de História, submerso em ancestral atraso económico e cultural, que esse ano teve o «fair play» de se rir de algumas das suas mazelas. Invenções de um artista que não se ficou pelos êxitos fáceis de «Senhor Feliz e Senhor Contente» (1975) e «Olho Vivo» e «Zé d'Olhão» (1977), abrindo novos rumos através do apuramento da técnica, da reflexão sobre a sua própria vivência e de um acutilante dom de observação.



Herman José (Esteves). Coisas e atitudes que, de algum modo, já tinham sido presenciadas



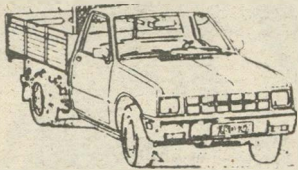
MICROMOTOR L^{DA}

Assistência e Serviço Autorizado

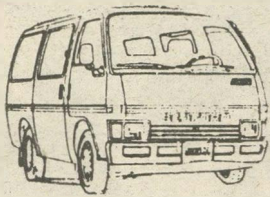
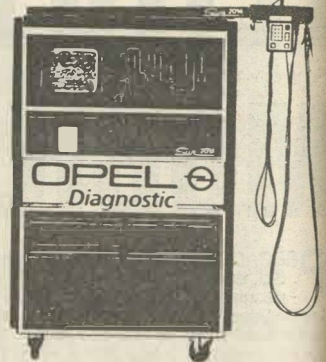
Vendas

Peças * Viaturas

REPARAÇÕES

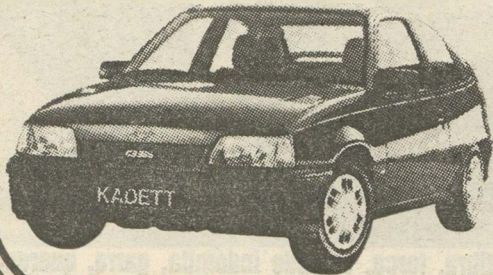
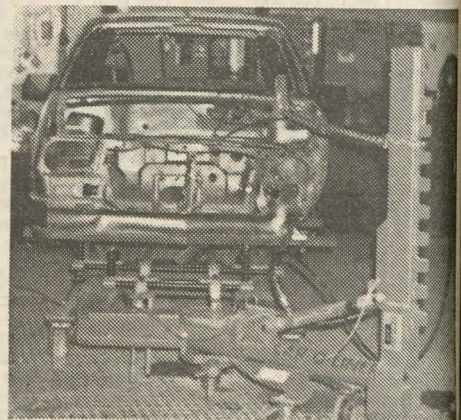


MECÂNICA – Especializada e apoiada
Com o mais moderno equipamento de DIAGNÓSTICO.



BATE-CHAPA – Altamente qualificada
Com o mais moderno Banco de ensaios.

PINTURA – De alta qualidade
Com estufa e máquina de cores.



Atendimento personalizado
...Somos Profissionais

AV. PARIS, 3-B * ☎ 88 01 64/5 – LISBOA

NOS PROBLEMAS DA VIDA ACTUAL...

STRESS * FADIGA FÍSICA E MENTAL COLESTEROL * ENVELHECIMENTO PRECOCE **LECIFORT**

APROVADO PELA
D. G. DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS
DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE



SUPLEMENTO DIETÉTICO
Lecitina de soja natural enriquecida com vitaminas E e do complexo B

- SEM CONTRA-INDICAÇÕES E EFEITOS COLATERAIS
- SEM ÁLCOOL E SEM AÇÚCAR

Porquê LECIFORT?

LECIFORT estimula o crescimento e a nutrição celular, pelo seu equilibrado valor em fosfolípidos e em vitaminas E e do complexo B

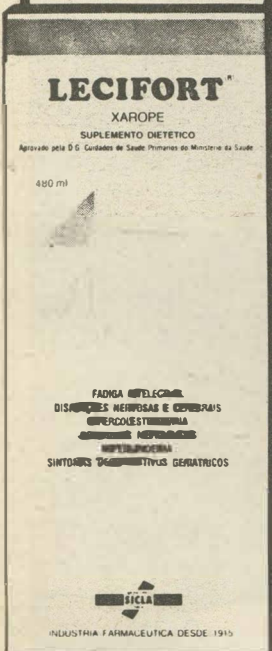
LECIFORT exerce uma importante acção nas funções nervosas, particularmente a nível do foro cerebral, pelo seu alto teor de fósforo total (1.8%)

LECIFORT regulariza o metabolismo lipídico alterado, reduzindo a taxa hemética de colesterol, triglicéridos e ácidos gordos



INDÚSTRIA FARMACÉUTICA DESDE 1915

VENDA EXCLUSIVA EM FARMÁCIAS E CENTROS DIETÉTICOS



150 ANOS



UMA MARCA
DE REPUTAÇÃO
NO CAMPO
DA HORTICULTURA

José Afonso Duarte
LIMITADA

Rua de S. Nicolau, 24 • Tel. 86 67 54 - 86 34 26
Rua de S. Mamede, ao Caldas, 29 • LISBOA

SEMENTES JAD OESTE.

Telef. 061-98755/6

Sobreiro Curvo
TORRES VEDRAS

SEMENTES JAD ALGARVE

Largo Dr. Francisco Sá Carneiro, 65
Telef. 089-25375 — FARO

AGENTE EM LEIRIA **RASP**
Loja 24 — CENTRO COMERCIAL MARINGÁ
Telef. 044-33766



**UTILIZE
A NOSSA
EXPERIÊNCIA**

1986

Mário Soares

VITÓRIA DIFÍCIL
COROA CARREIRA

A moeda rodopiou no ar e quando caiu exibiu a face da caravela. Era um sinal: Mário Soares estava com sorte. Em virtude deste resultado, cabia-lhe a última fala no período final de três minutos proporcionado a cada um dos candidatos à Presidência da República que nessa noite de 4 de Fevereiro de 1986 se bateram num derradeiro frente-a-frente televisivo. Mas, para vencer a segunda volta das eleições, não era suficiente a sorte. A vitória exigia muito mais do candidato Mário Soares, frente a um Freitas do Amaral que em 26 de Janeiro conseguira quase metade dos votos expressos pelo eleitorado.

O debate dessa noite, realizado sob grande tensão e expectativa, não foi muito frutuoso quanto às virtualidades em esclarecer os cidadãos que 12 dias depois iriam novamente às urnas para escolher o futuro Presidente. Mário Soares não atribuía de resto importância a este frente-a-frente, considerando até que os eleitores já haviam feito a sua opção de voto. Mas nessa altura, e na opinião de muitos observadores o grande e experimentado político dava a impressão de já ter virado a situação a seu favor.

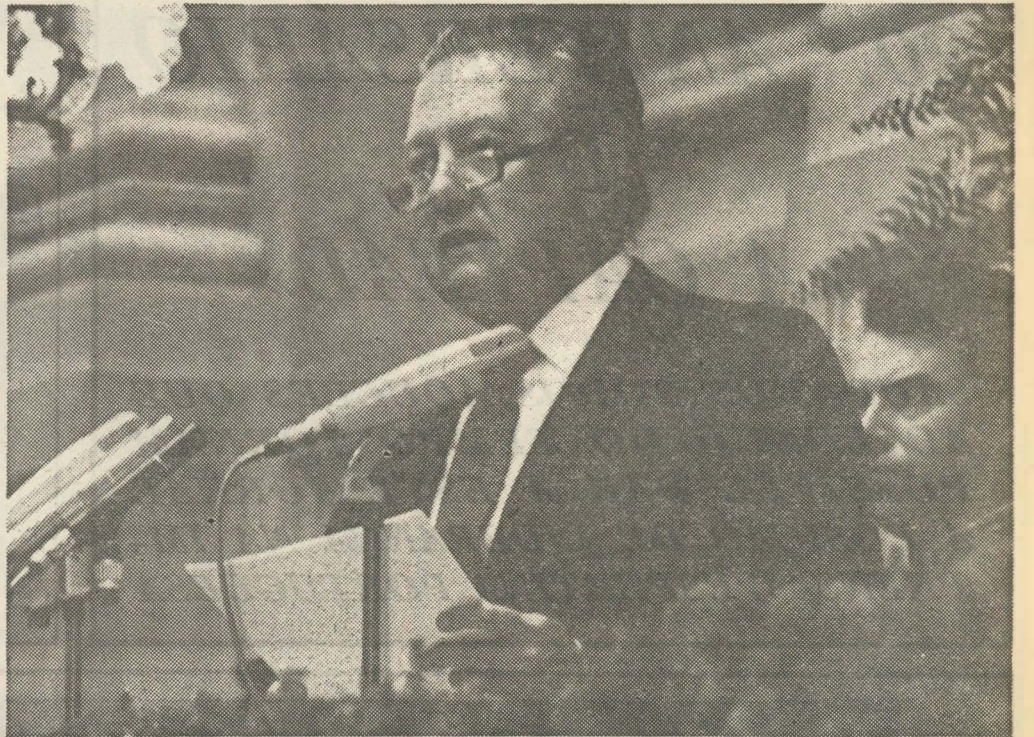
Nada foi descurado na sua intervenção televisiva. Nos três minutos finais, cuja inserção não era do agrado de Soares, devido à quebra de ritmo que provocava, o candidato reiterou os princípios de defesa da paz social e de oposição à intolerância e ao radicalismo da direita. Usou ainda um argumento que constituía simultaneamente uma crítica ao seu adversário: ele (Soares) sempre dera a cara e nunca fugira nos momentos difíceis.

A eleição do líder cessante do Partido Socialista foi um facto político notável pela grande reviravolta que repre-

sentou no cenário eleitoral português. Soares partira para a apresentação da sua candidatura, em 1985, na pior situação possível. Vencido nas legislativas de Outubro, surgira inequivocamente aos olhos da opinião pública como o responsável a quem não se perdoava a política de restrições imposta pelo seu Governo desde 1983 para combater o profundo défice externo do País, herança de anteriores executivos. Além disso, o partido que destronara o PS e o seu líder (Cavaco Silva) apoiavam o candidato Freitas do Amaral.

Aproveitando habilidosamente a divisão de votos à esquerda, na primeira volta das presidenciais, Mário Soares arrebatou a posição que lhe garantia a passagem à final, onde defrontou o candidato apoiado pelo PSD e CDS. E nem precisou, para se posicionar com perspectivas de êxito, de fazer acordos com as forças à direita e à esquerda do PS que o haviam combatido até 26 de Janeiro. Os votos da maioria do eleitorado PRD, MDP/CDE, PCP e UDP vieram naturalmente ter-lhe às mãos, sem perder os indispensáveis papelinhos do centro que já o haviam obsequiado com a sua preferência e que, face à colagem de última hora do PCP, estavam em risco de voar assustados.

A vitória de 1986 acabou por constituir o coroamento natural de uma longa carreira política, a qual, pese embora o desgaste sofrido na chefia de três governos constitucionais, encontrou no cidadão comum uma adesão plena na hora decisiva.



Mário Soares. Desgaste na chefia de três governos não impede adesão do eleitorado em hora decisiva

1987

Cavaco Silva

ESTILO E TRABALHO
ABREM FASE NOVA

REGRESSADO da festa «laranja» que assinalou na Alameda Afonso Henriques a esmagadora vitória eleitoral do PSD, Cavaco Silva afirmou: «Hoje mesmo vou trabalhar!» A frase proferida na madrugada de 20 de Julho do ano passado foi seguida de outra declaração, igualmente transmitida pela RTP: «Amanhã, terça-feira, vai reunir o Conselho de Ministros.» O líder social-democrata que acabara de consubstanciar a abertura de uma nova fase na vida da jovem democracia portuguesa, confirmava, assim, a ideia que o eleitorado fazia dele: um homem de trabalho, pouco preocupado com a ideologia e a agitação da vida partidária.

De facto, a vitória de Cavaco Silva representou uma mudança sensível no cenário político nacional, não só pela estabilidade governativa que possibilitava, mas também pela consagração do novo estilo de líder que a concretizava. Tímido, na opinião dos amigos, arrogante, no dizer dos adversários, o ministro das Finanças do Governo que Sá Carneiro chefiara em 1980 era um economista de 48 anos sem veteranias políticas.

Surgiu em força na vida partidária em 1985 através da conquista da liderança do seu partido, em oposição a figuras conhecidas do público, mais pela habilidade política do que por actividade governativa reconhecida e eficaz. Fez cair o governo de bloco central chefiado por Mário Soares, precipitando a realização de eleições legislativas antecipadas (Outubro de 1985).

A dureza do novo líder social-democrata, pouco amigo de discussões no interior do seu partido e de declarações para o exterior, foi transportada para a sua acção à frente do Governo empossado em 6 de Novembro. Rigoroso e exigente,

definiu um estilo que alguns compararam ao da Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher, a «Dama de Ferro».

A oposição subestimou-o e ignorou os riscos ao tentar tirar-lhe o tapete numa altura em que Cavaco Silva vinha insistentemente alegando a votação contrária da Assembleia da República na justificação da ausência de reformas de fundo preconizadas pelo seu Governo. O executivo caiu a 3 de Abril, através de uma moção de censura apresentada pelo PRD, que agiu em nome dos destinos do País, congregando o apoio das formações posicionadas à esquerda do PSD.

O líder social-democrata emergiu da crise a 19 de Julho com uma folgada maioria na Assembleia da República e no próprio eleitorado. A votação no PSD atingiu uma expressão sem precedentes em Portugal e muito rara na Europa. O eleitorado dizia, assim, que estava cansado das quezílias ideológicas e da instabilidade governativa, apostando num novo estilo de liderança e governação. O Primeiro-Ministro «reconduzido» foi buscar votos a todas as faixas do leque partidário, valendo-se inclusivamente do posicionamento pouco rigoroso do seu partido em matéria de ideologia, capaz, por consequência, de falar com simpatia ao centro esquerda através do ideário social-democrata e a toda a direita, por via de uma prática liberalizante.



Cavaco Silva. Rigoroso e exigente, definiu um estilo que alguns comparam ao da «Dama de Ferro»

Aqui e Agora.

ASSOCIAMO-NOS AO 20.º ANIVERSÁRIO DE «A CAPITAL»

SAUDAMOS TODOS AQUELES QUE
AO LONGO DO TEMPO TORNAM
POSSÍVEL DAR A ESTE JORNAL
A POSIÇÃO DE LIDERANÇA NA IM-
PRENSA VESPERTINA PORTUGUESA

Aqui e Agora.

Você necessita encontrar agora este produto que a sua indústria precisa para evitar interrupções no processo de fabricação e deseja encontrá-lo aqui perto, com a garantia do fabri-

cante e o correspondente garante técnico. IMPORVALVULA, LDA. com a sua rede de vendas oferece, Aqui e Agora, este serviço.

NOVO PRODUTO — ELEVADA TECNOLOGIA

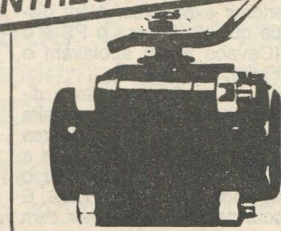
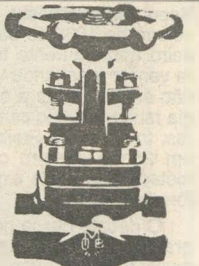
VALVULA DE BOLA
INTERRUPÇÃO
GLOBO E RETENÇÃO

ENTREGA IMEDIATA

OMB

forged steel valves

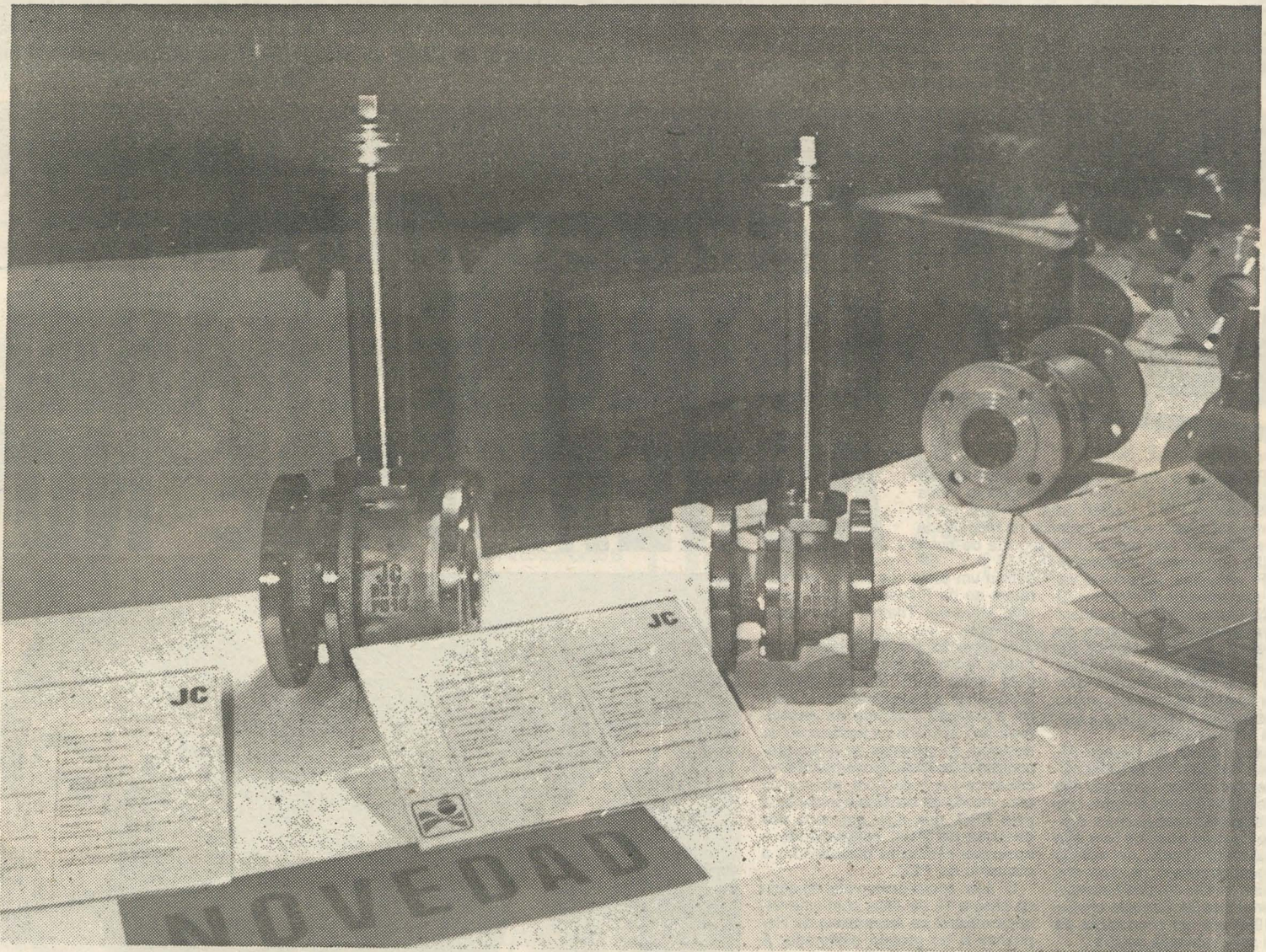
Diâmetro nominal : Desde 1/4" até 2".
Extremos : Flanges ANSI.
Roscados Gas e NPT.
Para soldar SW e BW.
Ratings : 800 e 1500 Lbs.
Construídas em : Ac. ao carbono, ac. inox e ac. especiais.
Comando por : Volante.



REPRESENTANTES
EXCLUSIVOS PARA
PORTUGAL E PAÍSES
DE EXPRESSÃO
PORTUGUESA

Imporválvula Lda.

Sociedade Iberica de Válvulas e Acessórios, Lda.
Largo de Santos, 14 B-E. 1200 Lisboa. Telef. 67 87 67 - 67 61 31
Tx. 14572 VALVES P. FAX: 67 81 67.



VÁLVULAS DE BOLA PARA TEMPERATURAS CRIOGÉNICAS,
UMA NOVIDADE APRESENTADA NA EXPOQUÍMIA 87

VÁLVULAS E ACESSÓRIOS DE TODOS OS TIPOS • PROJECTOS COMPLETOS

ANTES DE PLANEAR A SUA INSTALAÇÃO CONSULTE O DEPARTAMENTO TÉCNICO DE

 **Imporválvula**

SOCIEDADE IBÉRICA DE VÁLVULAS E ACESSÓRIOS, L.ª
Largo de Santos, 14 B-E — 1200 LISBOA • Telef. 67 78 67 - 67 61 31
Tx. 14 572 VALVES P. FAX 67 81 67